

ATA DA 28ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 05 de outubro de 2012.	Duração: das 14h40 às 22h
<ol style="list-style-type: none"> 1. Informes Financeiros 2. Planejamento Estratégico 3. Campanha Não à Medicalização da Vida 4. Seminário de políticas públicas/CONPSI. 5. VIII CNP 6. Neupsilin 7. Revista Ciência e Profissão 8. Indicação de Andreia de Conto Garbin. 9. II mostra nacional de práticas em psicologia 	<p>DIRETORIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Humberto Cota Verona 2. Clara Goldman Ribemboim – Vice-Presidenta 3. Deise Maria Nascimento – Secretária 4. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira 5. Aluizio Lopes de Brito <p>CONSELHEIROS (AS):</p> <ol style="list-style-type: none"> 6. Heloiza Helena M. A. Massanaro 7. Marilene Proença R. de Souza 8. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues 9. Marilda Castelar 10. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo 11. Roseli Goffman 12. Sandra Maria F. de Amorim 13. Ana Paula Porto Noronha 14. Maria Ermínia ciliberti 15. Celso Francisco Tondin 16. Flávia Cristina S. Lemos <p>AUSENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 17. Tânia Suely A. Brasileiro 18. Ana Luiza de Souza Castro 19. Ângela Maria Caniato 20. Adriana Eiko Matsumoto 21. Márcia Mansur Saadallah

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like Helena, Marilene, Roseli, Sandra, Ana Paula, Maria Ermínia, Celso, Flávia, Tânia, Ana Luiza, Ângela, Adriana, Márcia.]

O presidente Humberto Verona cumprimentou os conselheiros e iniciou a 28ª plenária conferindo o quórum, falando da extensa pauta contendo 20

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Humberto, Clara, Deise, Monalisa, Aluizio, Heloiza, Marilene, Henrique, Marilda, Cynthia, Roseli, Sandra, Ana Paula, Maria Ermínia, Celso, Flávia, Tânia, Ana Luiza, Ângela, Adriana, Márcia.]

pontos a serem debatidos e elegendo a ordem de discussão. Como de costume o primeiro debate será os informes financeiros.

A conselheira Ana Paula Noronha solicitou a inclusão dos testes psicológicos na pauta, pois precisam ser aprovados pelo plenário.

INFORMES FINANCEIROS.

1. **Apresentação de pedidos de Empréstimos dos CRP 02 e CRP 03.** A conselheira tesoureira Monalisa Barros relatou que no final do ano passado, o CFP foi surpreendido com duas solicitações de empréstimos dos CRPs 02 e 03 com a justificativa de fecharem as contas do ano de 2011. O CFP avaliou e concedeu o empréstimo. (R\$300.000,00 para o CRP 02 e R\$100.000,00 para o CRP 03) Foi feito um termo de ajuste de conduta, um termo de compromisso entre as diretorias dos CRPs e do CFP, para que cada regional fizesse modificações do ponto de vista administrativo em seus regionais. Informou que o CRP 03 cumpriu o compromisso, adaptou seu centro de custo, pagou o que estava devendo ao CRP 19, procedeu ao pagamento do empréstimo do CFP, do qual 60% já foi pago e pediu para postergar o pagamento de quatro prestações, no valor de R\$40.000,00 para o próximo ano, visando fechar as contas de 2012 sem necessidade de empréstimo. Juntamente com o coordenador administrativo financeiro do CFP, Gilson Oliveira, foi avaliado e permitido que o CRP 03 efetue o restante do pagamento até junho de 2013. Já o CRP 02 não pagou e não apresentou nenhuma justificativa. Então, em agosto passado, ele foi oficializado e alegou não ter condições de pagar o empréstimo e ainda solicitou mais R\$ 200.000,00 para fechar as contas de 2012. Conforme relato da tesoureira, o CRP 02 informou que saneará a dívida com a venda da casa adquirida, inclusive com dinheiro de empréstimo do CFP, para ser a nova sede, a qual já foi autorizada pela assembleia regional, que também aprovou a manutenção e reforma da sede atual. Contudo, a conselheira considerou que a situação exige muito cuidado na condução, já que o termo de compromisso assinado no ano passado não foi cumprido. Disse que foi avaliado pela diretoria que o CFP não deixará o regional entrar em solvência, porém não será concedido novo empréstimo antes de uma averiguação do que de fato está acontecendo ou de como o CFP pode ajudar de forma que não seja colocando

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, several smaller ones, and a signature at the bottom right.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a signature on the left and a signature on the right with the number '2' next to it.

dinheiro. Informou que serão encaminhados para o CRP 02 o coordenador administrativo financeiro e o assessor jurídico do CFP, Gilson Oliveira e Fernando Nazaré, para uma avaliação *in loco* e apresentarem as possibilidades de solução para serem apreciadas pela diretoria e discutidas na próxima plenária.

2. Informações Financeiras do CFP. A conselheira Monalisa Barros continuou os informes financeiros apresentando os mapas gerenciais do CFP e a planilha da conta divulgação de 2012, em anexo, e explicou detalhadamente cada projeto. Informou que o CFP não extrapolou o orçamento previsto e ainda conta com um fundo de reserva de R\$1.100.000,00.

A conselheira Roseli Goffman pediu esclarecimento sobre a conta divulgação, e a conselheira Monalisa explicou que esta conta corresponde a 5% do arrecadado das anuidades de todos os psicólogos brasileiros e que é uma conta de reserva contínua do Sistema Conselhos. Disse que se chegou ao saldo de R\$9.500.000,00 em função de ter deixado de produzir a revista Ciência e Profissão, mas anualmente a arrecadação gira em torno de R\$3.600.000,00 a R\$3.800.000,00. Ressaltou que esta conta é responsável pela revista Ciência e Profissão, pela Diálogos e pelos projetos da autarquia aprovados em APAF.

Roseli Goffman considerou interessante que sejam apresentados para a plenária os critérios que movem os investimentos em cada um dos projetos da APAF e que a plenária seja informada do andamento de cada um deles. Ainda em relação à conta divulgação, a conselheira questionou sobre os critérios que definem as verbas destinadas à 2ª Mostra e as verbas que vão para cada ação, como por exemplo, a pesquisa da mulher e a BVS-PSI, considerando que a 2ª Mostra tem entrada em várias dessas ações contempladas por essa conta.

A tesoureira Monalisa respondeu que a decisão do uso do dinheiro da conta divulgação se dá na APAF. Explicou que o projeto inicial da 2ª Mostra contemplava as praças, as ocas e depois se criou as salas com os processos e as mesas políticas. O que surgiu, além disso, foi a opção de cada projeto de estar ou não no evento, tendo este a responsabilidade pelas despesas dentro

Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'RR', 'SMX', 'STO', 'JH', 'CFP', and 'TR'.

Handwritten signatures and initials at the bottom right, including 'TR' and '3'.

de seu orçamento previsto. Segundo a conselheira, dentro do ponto da 2ª Mostra será apresentada uma prestação de contas completa.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. O presidente Humberto Verona listou algumas ações executadas conforme o planejamento estratégico de 2012, ressaltando os grandes acontecimentos relacionados às comemorações dos 50 anos da psicologia e à 2ª Mostra. Falou que é necessário avaliar tudo o que foi realizado, o que não foi possível realizar e fazer o ajuste do planejamento para o plano de ação de 2013; último ano desta gestão. Nesse sentido, informou que a diretoria discutiu e propõe que a plenária de janeiro de 2013 seja destinada à avaliação e à formulação do plano de ação para o próximo ano. Disse que para ajudar nesse processo, a diretoria decidiu disponibilizar na pasta virtual, a todos os conselheiros, o plano com o status atualizado até julho de todas as ações. As ações foram organizadas e agrupadas por blocos de temas. Como forma de agilizar o processo no dia da plenária, solicitou aos conselheiros a leitura e uma reflexão prévia desse planejamento como um todo, atualizar e avaliar detalhadamente suas ações e ter visão geral do andamento de todas as ações. Informou ainda que as plenárias de novembro e dezembro serão para discutir a pauta da APAF de dezembro de 2012.

A conselheira Maria Ermínia pediu cuidado ao fazer essa avaliação, para que ela não vire uma disputa individual de quem fez ou não a ação. Considerou que é uma avaliação do coletivo, já que o planejamento estratégico é um projeto político coletivo, portanto todos têm responsabilidade por todas as ações. Ponderou que, além do planejamento estratégico, é preciso também uma avaliação a respeito das deliberações do último CNP. Pediu para a diretoria pensar nas condições para uma discussão coletiva, lembrando sempre do objetivo de cada tarefa proposta e também de que é preciso prestar contas à categoria.

O presidente reafirmou que a avaliação não é em relação ao desempenho individual, mas do plano político. O planejamento é coletivo, porém foram decididas responsabilidades individuais pelo acompanhamento de cada ação que precisam ser informadas e avaliadas.



Segundo a conselheira Clara Goldman, a opção de encaminhar todo o planejamento foi de avaliar o motivo pelo qual algumas ações não foram executadas. Disse que a proposta da diretoria é que ao final do preenchimento das informações no documento de monitoramento, todo o plenário possa avaliar e fazer um intercontrole verificando o que é possível realizar até o final desta gestão. A ideia é que a partir desse movimento todos possam ter a visão global do que foi produzido por este coletivo e de que forma deverá se posicionar em relação aos projetos propostos. Destacou ainda que os conselheiros têm papel fundamental na mobilização dos debates que vão se instalar nas bases para fazer um CNP menos burocrático e mais participativo.

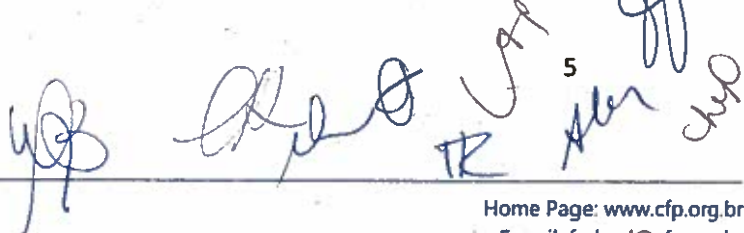
A conselheira Marilene Proença questionou como encaminhar internamente alguma forma de reflexão. Como o planejamento está organizado por blocos de temas, pensou na possibilidade de criar um espaço, ainda nesta plenária ou na próxima, de conversa em grupo, tendo o material em mãos, depois complementar a discussão com todo o coletivo e então, encaminhar o resultado desse trabalho para a diretoria.

O presidente Humberto retomou a palavra concordando com a proposta da conselheira Marilene, mas explicando que ela deve ser realizada na plenária de janeiro. Solicitou que, neste momento, todos atualizem o status do documento e enviem para a secretária da coordenação geral do CFP para ser enviado e avaliado previamente por cada um dos conselheiros, preparando assim para a avaliação coletiva.

A conselheira Ana Paula Noronha solicitou que o documento de monitoramento seja enviado via e-mail em arquivo aberto para que seja possível modificação. E a conselheira Maria Ermínia pediu que junto com o planejamento estratégico seja enviado também o consolidado do VII CNP.

O presidente concluiu o ponto reafirmando o encaminhamento de enviar, por e-mail, junto com a matriz do planejamento estratégico, o caderno do CNP e a plataforma política das eleições.

CAMPANHA NÃO À MEDICALIZAÇÃO DA VIDA. O presidente Humberto Verona fez uma breve contextualização do ponto. Sem precisar a data, relatou



que o CFP foi convidado para participar de um movimento amplo, que se constituiu em um Fórum, com representação de várias entidades, setores e pessoas, contra a medicalização do ensino e da sociedade. Na ocasião, o CFP fez uma discussão e entendendo que vários dos propósitos sugeridos pelo movimento estavam de acordo com as questões defendidas pelo conselho, decidiu participar do Fórum e também fazer sua própria campanha, que teve o mote "Não à medicalização da Vida". Após aprovação deste plenário, tal campanha foi lançada publicamente, foi discutida com os Conselhos regionais e uma série de ações foi desenvolvida em relação a ela. Disse que houve uma agitação política em torno dessa campanha e a diretoria recebeu alguns retornos e questionamentos, os quais precisam ser avaliados por este coletivo e elaborado posicionamentos a respeito deles. Expôs que um dos principais questionamentos refere-se ao termo medicalização. A crítica é que ele remete à profissão do médico e à indústria farmacêutica, e que o CFP estaria deixando escapar o principal ponto de foco, que é a patologização. O presidente lembrou que, entre as deliberações do VII CNP, está a questão do Sistema Conselhos trabalhar contra a patologização e a medicalização da vida. Foi entendido, tanto pelo Fórum, quanto pelo CFP, que o foco central da campanha é a banalização dos diagnósticos e, por consequência, uma psicologização de questões da vida que não deveriam ser indicadas para tratamento, bem como a prescrição excessiva de medicamentos, como a Ritalina®, por exemplo. Informou que a diretoria trouxe também para o debate, o fato de a sociedade confundir as ideias da campanha do CFP com as do Fórum e considerou necessário desassociar essa imagem. É necessário esclarecer que o CFP reconhece a importância do Fórum e de que ele é parceiro na discussão da medicalização em alguns momentos, mas que tem trajetória diferente. É preciso evidenciar o posicionamento do conselho em relação aos pontos divergentes.

O conselheiro Aluizio Brito ponderou que a tarefa deste plenário é refletir sobre as repercussões que a campanha teve na sociedade brasileira e ressaltar que a campanha do CFP tem a intenção de discutir a patologização da vida. Disse que o conselho está sendo questionado e criticado por um conjunto de ideias que não foi criado por ele, mas sim por vários atores. Na

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the letters 'TR' and 'SEP' written below them.

opinião do conselheiro, a força política do CFP deu visibilidade à campanha do Fórum e por isso vem sofrendo as críticas. Ponderou que o problema não são as críticas, mas o fato de precisar responder questões colocadas por instituições combativas ao Fórum, como a Associação Brasileira de Psiquiatria, das quais o CFP não construiu e que estão além do objetivo da campanha do conselho. Reafirmou a necessidade de separar as ideias do Fórum das do CFP e considerou interessante buscar um diálogo com outros conselhos e entidades que estão nesse campo e refletir neste plenário qual o lugar do CFP e o que ele deseja contribuir nessa discussão.

A conselheira Monalisa Barros ponderou que o conceito de medicalização engloba a psicologização e a patologização, uma vez que medicalização não consiste apenas em prescrever medicamentos, mas também em transformar uma situação da vida em uma patologia. Como esse conceito não é compreendido pelo senso comum, a crítica leva a crer que a campanha trata de uma reserva de mercado, entendendo que não é uma questão para tratamento médico e sim para o psicólogo, já que o problema é determinado pelas condições sociais e culturais. Considerou que este plenário precisa construir uma discussão sobre, por exemplo, o excesso do uso da Ritalina e independentemente de haver grupos que acreditam ou não na existência do TDH ou da dislexia ou que outras patologias não existam, como nosologia, este coletivo tem a responsabilidade de cuidar da categoria como um todo, mesmo da parte composta por profissionais da área da saúde ou da educação que pensa diferente e que se sente invadida em suas áreas de atuação ou desrespeitada com o posicionamento do CFP. Em relação ao tema da medicalização falou sobre a necessidade deste coletivo ampliar a discussão antes de assumir algo que foi construído por outro grupo e que ainda não foi apropriado pelo conselho. Há questões em relação ao rumo dessa campanha e o que se espera dela que precisam ser esclarecidas para todos, inclusive para os conselheiros. Refletiu se o questionamento do CFP sobre o diagnóstico excessivo ou o uso excessivo de medicamento não estaria entrando na seara de outras profissões, sendo assim entendido por elas como uma provocação e ponderou que mesmo sendo uma luta social, é preciso ser uma luta de toda a sociedade e não de apenas um grupo e que para isso é preciso construir

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'JBS', 'Fos', 'XO', 'M', 'SLL', 'CPT', and 'dep']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'YB', 'AL', 'EL', 'ST', 'J', 'SLL', 'dep']

alianças, fazer um caminho maior do que somente estabelecer a discussão em todos os conselhos regionais.

A conselheira Marilene Proença considerou importante registrar que essa campanha foi construída coletivamente por este plenário, a partir do planejamento estratégico, onde surgiu a ideia. Mas antes disso, em 2010 o CRP 06 já fazia essa discussão e chegou a levar o ponto para a APAF. Na mesma ocasião o CRP 05 fazia a mesma discussão e os dois CRPs participaram da constituição do 1º Seminário Internacional da Educação Medicalizada e depois da constituição do Fórum. No decorrer desse processo, o assunto foi levado para a reunião de presidentes e depois que o CFP se apropriou dessa discussão indicou um membro efetivo e um suplente para participar do Fórum. A partir de então, o CFP incluiu a questão da medicalização em sua pauta, surgindo a ideia de uma ação que mobilizasse todo o Sistema Conselhos e que também articulasse com o Fórum. Disse que o projeto demorou seis meses para ser construído e que para isso foram realizadas várias reuniões presenciais e telefônicas. Afirmou que no entendimento do grupo responsável pela tarefa, não havia nenhum questionamento em relação às ações do Fórum e às ações do CFP. Ressaltou também que desde o início, todas as ações se desdobraram com conhecimento e aprovação do plenário e da diretoria. Disse que ela própria e também o conselheiro Celso Tondin, representantes do CFP no Fórum, têm participado de todas as reuniões e explicou que o Fórum propôs instalar no Brasil a polêmica que já é debatida no mundo inteiro a respeito da medicação, da medicalização da infância, da sociedade, da educação. Ressaltou que o debate ainda não estava instalado no Brasil em função da blindagem médica que existe no país, patrocinada pelos laboratórios e que impedia essa entrada. Considerou importante registrar também que o Fórum conseguiu êxito e está tornando público o índice que aponta o aumento de 70.000 caixas de medicamentos para 2.000.000, em dez anos, bem como os meios de diagnóstico para medicar crianças. Disse que esse medicamento, que tem sido uma polêmica internacional há muitos anos, inexistia no Brasil e que hoje, por meio do Fórum, o Brasil entrou na discussão com todo o cuidado e com toda a diversidade de opiniões. Esse grande serviço que o Fórum trouxe, nunca foi

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large blue checkmark and several illegible signatures.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large blue signature and several illegible initials.

somente como Fórum: ele sempre trouxe a questão articulada com o conhecimento produzido pelas diversas áreas, não somente pela medicina, no 1º e 2º Seminário Internacional. Informou que os dois seminários foram gravados na íntegra por uma faculdade que os apoiou e que se encontram disponíveis na internet. Disse ainda que não é um debate desarticulado, o Fórum instalou a polêmica na sociedade brasileira e tem ampliado o máximo possível, contando com a participação de médicos, psiquiatras, sociólogos, antropólogos, educadores, psicólogos. Neste ano, o Sindicato dos Farmacêuticos e dos Nutricionistas e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação aderiram ao movimento e estão entre as entidades que estão sensibilizadas com a discussão, evidenciando a crescente mobilização em torno dessa temática. Em relação às repercussões sobre a campanha do CFP, a conselheira considerou positiva do ponto de vista da imprensa, a qual se sensibilizou, valorizou a questão e considerou o usuário; apenas a revista Isto É questionou a posição do CFP e escreveu uma matéria mais voltada à Associação Brasileira de Psiquiatria. Reafirmou a necessidade de um esclarecimento a respeito da relação do CFP com o Fórum e considerou interessante convidar, a participar de uma plenária, outros profissionais que acompanham o debate. Sugeriu Maria Aparecida Moisés e Emerson Merhy. Na opinião da conselheira, não há qualquer discordância no sentido conceitual das ideias do Fórum com as do CFP e que as críticas são compreendidas considerando que esta polêmica é um fato recente no país.

A conselheira Flávia Lemos também opinou, dizendo que o usuário não questionava, já que a demanda de questionamento não era produzida no Brasil. Citou o processo de construção do movimento da luta antimanicomial e, em relação à medicalização, disse que se trata de uma discussão recente, na qual o CFP precisa lidar com uma situação agravada por um movimento contrário, formado por grupos específicos que apresentam um discurso muito forte da medicina organicista. Ponderou que o CFP abordou questões complicadas, como o controle das anfetaminas, que mexem com os interesses econômicos, salientando que o Brasil é um dos poucos países do mundo que não tem controle rigoroso desse medicamento, sendo o 2º maior país consumidor, por isso é esperado que, tanto o CFP, quanto outras entidades

Handwritten notes and signatures on the right margin, including 'ALG', 'Kos', 'Jull.', 'CFP', and several initials.

envolvidas, sofram retaliações. Comentou que, em nenhum momento, nas entrevistas dadas, o CFP questionou o diagnóstico feito pelo médico, mas sim que é preciso fazer um diagnóstico completo, cuidadoso, multiprofissional, levando em consideração os pressupostos da saúde coletiva e do contexto social e cultural situacional, da integralidade, da equidade, da intersectorialidade, bem como ressaltando a existência das tecnologias leves que devem ser utilizadas no campo do cuidado. Concordou que a repercussão foi positiva e que vários estados tiveram publicações a respeito nas diversas mídias, conseguindo sensibilizar a sociedade. Considerou a possibilidade de este plenário reavaliar alguns aspectos, tomar certos cuidados, inclusive com o vocabulário, retomar a conversa com os aliados e convidar pessoas envolvidas para debater com o plenário, a fim de avaliar os novos rumos da campanha. Disse que neste momento, se o CFP ou outra entidade resolver recuar, poderá ser visto como cúmplice do movimento contrário, mas se continuar é preciso cautela e agenciar mais força política.

A conselheira Sandra Amorim questionou sobre as divergências, pois no seu entendimento havia consenso, já que nunca presenciou nenhum ataque específico no sentido da negação do diagnóstico.

A conselheira Roseli Goffman relatou que, no Rio de Janeiro, há um projeto de lei passado e transitado na Câmara, assinado pelo prefeito, dizendo que é preciso ter uma reserva de Ritalina® para crianças que serão diagnosticadas nas escolas, e os professores serão responsáveis por esse diagnóstico. Ressaltou que as questões relacionadas à medicalização foram deliberadas no planejamento estratégico. Lembrou que, por oito vezes, a questão da medicalização esteve presente em planejamentos estratégicos. Isso denota a enorme importância da temática.

Humberto Verona esclareceu, primeiramente, que todas as falas convergiam. De fato, as várias defesas feitas em relação ao mérito da campanha são coerentes com a discussão realizada pelo CFP. Há, contudo, uma diferenciação entre a campanha propugnada pelo CFP e a do Fórum sobre medicalização. A deste refere-se a questões mais específicas, como a medicalização da educação, sobretudo do uso da Ritalina® nas escolas. O CFP, por sua vez, ampliou esse debate e versa sobre o conceito da

10

patologização, posto que não tenha logrado mostra-lo à sociedade integralmente. Isso aconteceu porque não houve o devido preparo para o CFP se lançar a tal política. É preciso corrigir o entendimento errôneo de que o CFP entende que dislexia não existe. O presidente concluiu mostrando-se favorável à continuidade da campanha e ao aprimoramento e qualificação desta.

Maria Ermínia Ciliberti crê que nem todos foram contemplados na campanha. Para a conselheira, a medicalização tem uma bandeira ampla. O Movimento de Mulheres, por exemplo, é vanguarda nisso, devido à grande medicalização sofrida pelo sexo feminino. Acrescentou que, em matéria de saúde, existe dislexia e TDAH, o que não quer dizer, absolutamente, que todos os diagnósticos sejam bem feitos. Não se pode, simplesmente, descartar o uso do DSM-IV. Antes, faz-se necessário capacitar alguém para poder dialogar, em comissão, com o Ministério da Saúde.

Clara Goldman corroborou a ideia de que o Fórum apresenta contradições. É preciso envolver a neuropsicologia nessa discussão, pois muitos desses profissionais entendem que o CFP tem posição contrária a muitas de suas atividades. O Fórum, por sua vez, tem trajetória própria e é livre para tê-la. Quanto ao Movimento das Mulheres, é necessário discutir a medicalização do climatério, pois há elevado número de mulheres brasileiras tomando antidepressivos a partir de diagnósticos elaborados, também por psicólogos. Malgrado existirem caminhos distintos entre o CFP e o Fórum, é preciso haver respeito e parceria. O CFP detém posição clara de humanizar políticas públicas, a fim de não se restringirem à prescrição medicamentosa. Sugeriu que se convide uma entidade representativa da neuropsicologia, pois já é costume fazer do atual plenário um espaço de apresentação de posições.

Marilda Castelar pontuou ser necessário definir estratégias de diálogo com outros atores desse processo, como a Farmácia. Ademais, não pode haver ilusões de que toda a categoria de psicólogos pense exatamente como a atual Plenária. É preciso, sim, discutir todas as posições, mas se deve criar uma unidade dentro do Plenário e entre os CRs para alcançar êxitos.

Marilene Proença lembrou que, inicialmente, a “Medicalização da vida” era uma campanha “guarda-chuva”, que iniciava pela educação e abordava a infância e o metilfenidato. A medicalização da mulher foi discutida então, e vários outros temas, abordados. É importante ressaltar – de acordo com a conselheira – que não há, por exemplo, consenso entre fonoaudiólogos a respeito da dislexia. Mencionou o grupo “Palavra Criativa”, constituído por fonoaudiólogos, que mantém a mesma posição do CFP. Esclareceu, ainda, que Cida Moisés não é contrária a diagnósticos, mas contra o SNAP-IV, instrumento utilizado por médicos para diagnosticar o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Esse instrumento não tem qualquer validação e é, muitas vezes, usado por professores. A NOVARTIS, por exemplo, paga aos municípios curso de formação para professores para que identifiquem os sintomas descritos no SNAP-IV em seus alunos. A conselheira acredita ser possível retomar o grande sentido da campanha, ampliando-a para outros eixos. Se não se elaborar uma estratégia de superação, haverá retrocesso, pois a psicologia recuou e não tem mais as mesmas críticas que tinha há seis meses. Marilene Proença lamentou esse possível retrocesso, pois o CFP ocupa lugar de vanguarda em outras esferas.

Flávia Lemos relatou que, na Universidade Federal do Pará, uma psicóloga solicitou a seus orientandos que aplicassem o referido SNAP-IV no hospital universitário. Seria salutar trazer ao debate várias entidades, como a Associação Brasileira de Psiquiatria e outras ligadas à educação.

Monalisa Barros contra argumentou dizendo que, em momento algum, se propôs um recuo. Acrescentou, ainda, que o foco não deverá ser modificado. Pode-se, sim, desenvolver outros focos futuramente, mas não alterar o que já foi alicerçado. Há, sim, – afirmou – diagnóstico indiscriminado de TDAH e de dislexia, bem como prescrição indiscriminada de Metilfenidato. Por isso, deve-se diferenciar a notável diferença existente entre a diversidade da psicologia e a redução dessa discussão devido às críticas. Por isso, a partir de agora, o discurso deve focar no diagnóstico e na discriminação indiscriminados.

Humberto Verona sintetizou, por fim, a discussão. Primeiro – comentou – é preciso refletir sobre o amadurecimento da campanha, ampliando os

argumentos. Sugeriu, então, que a campanha se baseasse, sobretudo, no não à banalização dos diagnósticos, à psicologização e ao uso indiscriminado de medicamentos. É preciso abranger vários contextos que sofrem com a banalização de diagnósticos e de medicalização: mulher, criança, escola, adolescente em situação de privação de liberdade, o preso no sistema prisional. Produzir uma agenda de debates seria, igualmente, uma estratégia importante. Em um primeiro momento, por meio de um grupo, poder-se-ia abordar a questão da Farmácia e a mulher, de acordo com o que já havia sido acordado. A partir desse debate, todo o material da campanha poderá ser produzido.

Clara Goldman sugeriu, no mesmo sentido, um debate com neuropsicólogos, pois são atores qualificados para esse processo. A conselheira pensa que, antes de erigir uma campanha, é necessário ter dados concretos. A mídia poderia questionar em que se baseia o CFP para dizer que os detentos são alvos de medicalização indiscriminada, por exemplo. Assim, deve-se ter embasamentos claros de defesa da campanha. Ademais, não se faz crítica à medicalização para afirmar a psicologia, pois todos os demais profissionais são igualmente importantes – não há que se falar em saúde pública sem médicos, por exemplo. Para ela, antes de se lançarem quaisquer tipos de motes de campanha, deve-se resgatar o diálogo com farmacêuticos, neuropsicólogos e outras categorias profissionais, para que, a partir desse debate, se entenda qual o grande dilema da sociedade em relação à medicalização. Humberto Verona esclareceu que não propôs um novo mote, mas uma significação da medicalização da vida.

Aluizio Brito crê que, de fato, não se podem abordar todos os temas, mas é necessário complementar os que já são propugnados. É preciso, também, ter coragem de dizer que não se quer a medicalização nem a psicologização da vida. O excesso de diagnósticos não se restringe aos profissionais de medicina, mas a várias outras profissões, incluindo a psicologia. Não se quer, portanto, fazer reserva de mercado para psicólogos, mas promover a defesa da sociedade.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

13
TR

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten notes and signatures on the right margin

Handwritten notes and signatures on the right margin

Cynthia Ciarallo opinou que é preciso definir muito bem conceitos como psicologização e medicalização. A conselheira reiterou a opinião de Clara Goldman de abrir o tema ao debate com outros atores. Marilene Proença acredita que a temática da educação deve permanecer no bojo da campanha "Não à medicalização da vida" e espera que, em um primeiro momento, se enfatizem as ideias que devem compor a luta, e não os termos. Estes devem ser princípios, não bandeiras – afirmou. Humberto Verona considera que há, atualmente, uma patologização de processos naturais da vida, uma tendência de considerar doença vicissitudes.

A discussão do ponto pode se resumir nos seguintes encaminhamentos:

- Fazer avaliação das questões que repercutiram sobre a Campanha "Não à Medicalização da Vida" e buscar um posicionamento.
- Acrescentar ao debate a necessidade de descolar o posicionamento do Fórum da Medicalização da Educação do posicionamento da campanha do CFP.
- O CFP deve reconhecer a importância do Fórum e de que ele é parceiro na discussão da medicalização em alguns momentos, mas que tem trajetória diferente.
- Ouvir os argumentos do Conselho Federal de Fonoaudiologia.
- Fazer uma reflexão sobre o papel do CFP nessa discussão, avaliar o que se quer.
- Fazer uma avaliação sobre a psicofobia.
- Construir uma discussão sobre o uso das anfetaminas para TDAH.
- Retomar a conversa com os aliados a fim de avaliar um reposicionamento sobre o tema.
- Preparar melhor a campanha, com esclarecimentos de forma qualificada, para os psicólogos e outros Conselhos.
- Mote para a campanha continua "Não a medicalização da vida", tendo como princípio questionar a banalização do diagnóstico, patologização, a psicologização, o uso indiscriminado de medicamentos, ressaltando a importância da integralidade do cuidado.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature with an arrow pointing to the right, and several other initials.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a signature that looks like 'YFB', 'AR', 'ch', '14', 'R', and 'Lup'.

- Fazer uma agenda de debate, contemplando toda a diversidade do tema, começando com a farmácia, mantendo o que já tem com foco na mulher e na saúde mental, dialogando com a educação, a saúde, a assistência social, justiça, esporte, movimentos sociais e neuropsicólogos, com finalidade de subsidiar o material de uma nova campanha.
- Conselheiros responsáveis por essa agenda: Monalisa Barros, Marilene Proença, Celso Tondin, Flávia Lemos, Ermínia Ciliberti e Heloiza Massanaro. Esse grupo deve marcar uma telerreunião.
- Entrega da agenda na plenária de discussão do planejamento estratégico.
- Estabelecer um prazo para a partir dos debates, produzir todo o material para a campanha.
- Pautar para uma plenária os dados referentes ao uso indiscriminado de medicamentos em diversas situações.

SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/CONPSI. Humberto Verona lembrou o costume de, um dia antes do CONPSI, realizar um seminário sobre políticas públicas. Por isso, é preciso constituir um grupo para elaborar uma proposta de trabalho para próxima Plenária. Monalisa Barros sugeriu que um dos critérios para escolha de temas seja a frequência das mesas da II Mostra. Maria Ermínia Ciliberti sugeriu a discussão de uma construção nacional de participação social, como acontece na esfera do Governo. A ideia é fazer uma interlocução política de Estado como política pública. Posteriormente, poder-se-ia mandar um texto resumo de Pedro Pontual. Flávia Lemos, por sua vez, sugeriu a construção do espaço de participação social acompanhado da discussão sobre criminalização dos movimentos sociais. Encaminharam-se os seguintes direcionamentos:

- Clara Goldman (referência), Monalisa Barros, Roseli Goffman, Marilda Castolare Cynthia Ciarallo devem fazer a proposta de mesas pro CONPSI e o grupo CFP XV deve apreciar.
- Discutir a construção de um sistema nacional de participação social.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'R', 'S', 'P', 'M', 'C', 'F', 'A', 'L', 'R']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'R', 'C', 'A', 'L', 'R', 'A', 'L', 'R']

- Título do Seminário de Políticas Públicas: Democracia participativa e processo de subjetivação social.
- Reunião telefônica na terça-feira, às 13 horas. Enviar ao grupo as mesas políticas que aconteceram na Mostra.

VIII CNP. Procedeu-se à aprovação de cartazes. Humberto Verona informou que o Regulamento do VIII CNP sofreu alterações durante a APAF. Aluizio Brito lembrou que o regulamento sofreu diversas modificações. Haverá, durante os congressos regionais, um caderno para teses regionais e, outro, para teses nacionais. Delegados nacionais, por exemplo, não entrarão em contato com tese de nenhum estado antes de receberem o referido caderno. Ao contrário do que acontecia antes, as teses oriundas dos Conselhos Regionais não serão sistematizadas na etapa nacional. Marilda Castelar perguntou o que aconteceria com decisões conflitantes entre os Congressos Regionais e o Congresso Nacional. Nesse caso – explicou Humberto Verona –, o Congresso Nacional barrará. O poder deliberativo dos congressos regionais se circunscreve às suas especificidades. A COMORG deverá lançar um manual às comissões regionais.

Cynthia Ciarallo comentou que não se podem prever os resultados do Congresso Nacional. Direcionamentos inteiramente contrários às políticas atuais são possibilidades reais. Sugeriu, ainda, que a COMORG acompanhe os COREPs, pois há conselhos que carecem de maturidade no processo de discussão de teses, como é o caso do seu, o CRP-01. Heloiza Massanaro, no mesmo sentido, demonstrou preocupação em relação a seu CRP de origem, o 09. Se as teses ficarem demasiadamente em âmbito regional, poderá haver notável retrocesso. Por isso, a conselheira pediu que todas as teses respeitem o que já foi construído pelo Sistema Conselhos. Aluizio Brito explicou que, na realidade, os congressos regionais serão acompanhados. É a própria COMORG que aprova o regimento de cada CRP.

Humberto Verona disse que, ao contrário do que acontecia antes, as teses do VIII CNP serão propostas enxutas. As diretrizes serão divididas por temas, não ultrapassarão o número de trinta e constituir-se-ão em orações.

únicas, sem encaminhamentos. Doravante, o principal trabalho é de qualificação dessas propostas. A restrição numérica ajudará a crivar mais a qualificação das teses. Não se deve falar, também, de presença garantida no CNP. Ermínia Ciliberti perguntou qual é o fórum de construção de teses do CFP e sugeriu que o próximo planejamento estratégico incorpore quais são as principais diretrizes para a profissão. Humberto Verona respondeu que os conselheiros federais deverão propor suas teses nos COREPs.

Acordaram-se os seguintes encaminhamentos:

- A conselheira Clara irá colaborar com Aluizio e Monalisa nos trabalhos do CNP, mas não fará parte da COMORG.
- COMORG fazer manual aos Conselhos Regionais, esclarecendo o que são propostas regionais e nacionais.
- No planejamento estratégico pensar nas grandes diretrizes pro CNP.
- Para a arte, utilizar o painel dos 50 anos.
- Colocar a letra mais espessa nos romanos (VIII).
- O nome precisa ser mais bem destacado.
- Deixar espaço para o CRP preencher com a data de seu COREP.

NEUPSILIN. Humberto Verona fez um breve histórico do Neupsilin. Em 2009, o CRP-08 entrou em contato com a editora Vetor, solicitando o envio do teste para análise da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica do CFP. A editora, por sua vez, respondeu que esse instrumento não se restringia a psicólogos e, assim sendo, não o enviaria ao CFP. O teste, entretanto, avalia várias funções neuropsicológicas, quais sejam a orientação têmporo-espacial, a atenção concentrada, a percepção visual, de tamanho, campos visuais e faces, habilidades aritméticas, acalculia simples, linguagem oral e escrita, níveis da palavra e da sentença, memória verbal, de trabalho, episódica, semântica e prospectiva e visual de reconhecimento, práxis ideomotora construtiva e reflexiva, funções executivas, resoluções de problemas e a fluência verbal fonêmica. O CFP se posicionou, dizendo que se trata de um teste privativo de psicólogos e, por isso, recebeu um abaixo-assinado com 251 assinaturas de diversos profissionais contrários a sua decisão. Em junho de 2011, o CFP recebeu ofício do Conselho Federal de Fonoaudiologia (CFFa)

solicitando reconsideração da decisão. Posteriormente esse conselho moveu um processo judicial contra o CFP.

A conselheira Ana Paula Noronha, que participou de reuniões com o Conselho Federal de Fonoaudiologia, disse que se sugeriu ao CFFa, a busca de seu próprio sistema de avaliação. O CFP dispôs toda sua expertise para tal, inclusive apoio para construção de instrumentos fonoaudiológicos próprios. A justificativa do processo judicial é que, várias vezes, segundo a diretoria do referido conselho, procuraram se reunir com o CFP sem qualquer sucesso. A sugestão de formarem um grupo que discuta instrumentos de avaliação, entretanto, foi acatada, e vários fonoaudiólogos já se reuniram nesse intento. É possível, do mesmo modo, que outros instrumentos fonoaudiólogos colidam com os de psicologia futuramente. A conselheira sugeriu que as duas categorias se unam, por meio de um grupo de especialistas, a fim de acordarem quais tipos de fenômeno devem ser avaliados por cada área.

Há, contudo, áreas difíceis de delimitar, pois, em alguns casos, uma única área pertence a vários campos do conhecimento. O desafio será constituir instrumentos comuns às duas profissões. Ermínia Ciliberti disse que, provavelmente, esse exercício de multiprofissionalidade não se restringirá à Fonoaudiologia, mas se estenderá a outras categorias profissionais, como é o caso da fisioterapia. Ana Paula Noronha acredita que, ao abrir exceções na única prerrogativa legal específica do psicólogo, qual seja a de fazer avaliações, haverá grande impacto na profissão de Psicólogos. Ao abrir esse privilégio à fonoaudiologia, várias outras profissões pleitearão esse direito. Advertiu, assim, seus pares a se prepararem, pois um lado respeitável da categoria de psicólogos será contrário e considerará essa atitude uma desvalorização.

Clara Goldman considera que existem núcleos conservadores em qualquer profissão e, deste modo, o Plenário deve se preparar não apenas para o diálogo a respeito de um instrumento, mas para aprofundar a relação entre duas áreas do saber. Monalisa Barros ponderou, também, que os fonoaudiólogos empregam o Neupsilin para encontrar respostas específicas da linguagem, e não de questões psicológicas. Humberto Verona lembrou que uma portaria conjunta do CFP e do CFFa nomeando essa comissão, sua

finalidade e membros. Ermínia Ciliberti considera imperioso deixar claro aos profissionais da área de avaliação psicológica que a área será preservada.

Firmaram-se os seguintes encaminhamentos:

- Criar uma comissão de 6 membros, com 3 de cada Conselho (CFFa e CFP), assegurando um membro da Diretoria de cada Conselho.
- Comissão do CFP: Aluizio Brito pela Diretoria, Ana Paula Noronha e alguém da Neuropsicologia (a combinar).
- Discutir o assunto com a CCAP.
- Publicar no DOU portaria conjunta do CFP e CFFa sobre a Comissão Paritária, informando objetivos.
- CFP fazer minuta de portaria e encaminhar ao CFFa até semana que vem. (Equipe do setor Relações com a categoria).

Ana Paula Noronha procedeu, ainda, aos seguintes informes, Os testes Método Quantum, Persona e Inspira, bastante utilizados nas organizações, estão disponíveis online. A comissão sugere que seus autores os enviem à avaliação no SATEPSI. O teste EMAPRE, por sua vez, foi enviado por suas autoras à Comissão, que não se tratava de um teste psicológico. Já o teste "Qual é o seu caminho?" teve parecer desfavorável da comissão. O doutor Lucas de Francisco Carvalho, especializado na área de concentração e avaliação psicológica, foi indicado para compor o corpo de pareceristas *ad hoc*.

REVISTA PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO. A professora Cecília Maria Bouças Coimbra estará entre os quatro homenageados pela revista Ciência e Profissão. Aluizio Brito congratulou a excelência da revista. Marilene Proença sugeriu que o CFP fizesse uma carta de agradecimento à Comissão Editorial da revista. Resumidamente, obtiveram-se os seguintes encaminhamentos:

- Aprovação da indicação da professora Cecília Maria Bouças Coimbra para ser a homenageada da próxima edição da revista.
- CFP fará carta de agradecimento à Comissão Editorial pelo esforço para a edição especial.
- Fazer agradecimento também à funcionária Verônica.

INDICAÇÃO DE ANDREIA DE CONTO GARBIN. Ermínia Ciliberti disse ter consultado Andreia de Conto Garbin sobre a possibilidade de ela ser colaboradora da Comissão de Saúde, no âmbito da saúde do trabalhador. Quando, há cerca de um mês, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma nota sobre a terminalidade da vida, foi perguntado à profissional se ela não gostaria de estruturar um debate sobre bioética no CFP. O CFP tem uma participação restrita no tema e, segundo a conselheira, até participou da publicação do livro Bioética da Medicina. A indicação foi aprovada unanimemente, e Monalisa Barros sugeriu que se marcasse uma reunião com as pessoas que trabalham sobre o tema da medicalização. Haveria duas possíveis ações: um seminário online com a categoria dos farmacêuticos e a discussão sobre bioética.

Em síntese, tem-se:

- Indicação da Andreia de Conto Garbin para acompanhar as questões de Bioética aprovada pelo plenário.
- Tentar realizar o debate online com farmácia e outro de Bioética.
- Fazer convite formal à profissional.

II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. Ana Paula Noronha fez uma reunião com a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Todos se mostram impressionados com os trabalhos da Mostra. Ao todo, no stand da BVS, foram realizadas 24 capacitações com 25 pessoas em cada uma delas, resultando no montante de 600 pessoas. Mais de 250 se envolveram em desafios, em um total de 45. Constatou-se que o estado com maior presença no evento foi o de Minas Gerais, não São Paulo, como se esperava. Como infelizmente muitos não conhecem a BVS, fez-se o possível para torná-la um instrumento de pesquisa mais próximo dos psicólogos.

Deise Nascimento relatou que não ficou em um único espaço, mas pôde participar de três reuniões. As reuniões com o FENPB e o PSINEP remeteram às relações com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), não apenas por seus constructos científicos da Psicologia, mas por seu resgate

histórico. Esse espaço da língua portuguesa foi marcado por festas incessantes. A conselheira destacou a reunião com a Articulação Nacional de Psicólogos Negros e Pesquisadores (ANPSINEP). Havia muitas pessoas que puderam relatar suas experiências. Angolanos e Moçambicanos contaram que vivem situações de forte racismo na África.

Humberto Verona relatou que, na semana posterior à II Mostra, realizou reuniões com o FENPB e com a Associação Brasileira de Orientação Profissional (ABOP). Essas entidades avaliaram positivamente o evento. A ABEP participou da Curadoria das tarefas, como recepcionar os movimentos sociais, cuidar das mesas e debates. Já a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiPsi) enalteceu o contato com os países de língua portuguesa. A Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABRAPSA) participou com mesa bastante concorrida, ressaltou o acerto que foi apresentar o formato de processos da organização em forma de processos. A Associação Brasileira dos Psicólogos Espíritas (ABRAPE) promoveu pesquisas durante o evento, que possibilitaram resultados importantes. Queixaram-se, contudo, da dificuldade de fazer inscrição de trabalhos e do espaço da sala. A Associação Brasileira de Psicologia do Esporte, ao passar pelas Ocas, assistiu dois vídeos de psicólogos que se diziam psicólogos do esporte, fazendo uma proposta de uma prática que é completamente desfavorável não reconhecida pela Psicologia do Esporte. Solicitaram, depois disso, mais cuidado. Federação Latino Americana de Análise Bioenergética considerou importante o espaço de vivências que possibilitou a divulgação do campo das psicoterapias corporais e a organização de diversas abordagens.

Marcou-se uma reunião com os países de língua portuguesa para março de 2013. O desejo é que o evento aconteça em Cabo Verde. Dentre os temas abordados, se discutirão a livre circulação de psicólogos desses países, as legislações de cada país, a violência sexual contra crianças e adolescentes, mulheres. Marilda Castelar integrou duas mesas sobre relações raciais, uma sobre mulheres negras e, outra, sobre a Resolução 18/2002. Narrou que foram experiências emocionantes, frequentadas pela população interessada. O espaço feminino foi um grande sucesso – disse. Logrou-se o intercâmbio de

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'OK', 'AB', 'Alv', 'V', '21', 'ST', 'sup', and 'FF'.

profissionais, mas, por outro lado, estandes que tiveram um custo altíssimo, não tiveram tanta visibilidade para a população.

Sandra Amorim parabenizou a equipe de trabalho. O evento, para ela, foi surpreendente e emocionante. Muitos avanços foram feitos desde a I Mostra. A conselheira teve um problema pontual de impressão de pôsteres na praça dos países de língua portuguesa. Uma mesa coordenada pela conselheira, sobre redução da idade penal, foi um sucesso de público. Sandra Amorim ponderou, entretanto, que a abertura foi demasiadamente longa.

Heloiza Massanaro mostrou-se encantada com o modo como as pessoas receberam as publicações do CFP. A conselheira ficou responsável pelo espaço Economia Solidária e disse ter ficado igualmente satisfeita. Sentiu, entretanto, que as praças e as ocas não atingiram o protagonismo que deveriam ter tido. Para a próxima Mostra, a conselheira sugeriu que se desse o devido significado a estes.

Roseli Goffman começou a trabalhar dez dias antes do evento a fim de conseguir confirmar reportagens. Havia quatro mesas cujo tema era comunicação. Surpreendentemente, essas mesas não tiveram muita audiência. As mesas, entretanto, foram de grande qualidade, com destaque à mesa conduzida por Luiz Cláudio Martino. Muitos trabalhos de comunicação foram apresentados, e a mesa Mídia e Psicologia teve quase duzentas pessoas. A conselheira deu especial realce ao espaço feminino, que, de acordo com ela, foi como uma mostra dentro da Mostra. Parabenizou especialmente a equipe de funcionários do CFP, que trabalhou com comprometimento, não apenas por dever, mas porque entendeu os projetos, os processos, a política.

Aluizio Lopes destacou a presença da elite das academias, como supervisores e coordenadores de curso, que puderam dar uma grande contribuição. Considerou que o palco da cultura, em que vários grupos de estilos musicais diferentes puderam se apresentar, como forró, música clássica, poesia, choro, pop rock, teatro de idosos, teatro de jovens, questões indígenas, poetas repentistas mostrou que era o Brasil em peso que esteve presente no evento. Isso foi um marco não apenas da diversidade da cultura nacional, mas da diversidade da Psicologia em si. Ressaltou, também, o encontro entre os países de língua portuguesa. Roseli Goffman, elogiou o

empenhos dos funcionários do CFP, que demonstraram grande empolgação, ao contrário de vários outros funcionários que trabalharam na Mostra. Sugeriu que o depoimento das pessoas e dos homenageados seja compilado em um DVD.

Maria Ermínia Ciliberti, responsável pela tenda Paulo Freire, considerou que foi um grande mérito colocar essa tenda pela primeira vez. Em relação aos movimentos sociais, não houve muita gente. A conselheira elogiou todas as mesas, mas concordou que as praças não tiveram a devida centralidade. Nos debates sobre o Ato Médico, notou a falta dos psicólogos da base da profissão. Sugeriu que escrevessem cartas de agradecimento aos colaboradores, como Pedro Pontual.

Flávia Lemos lamentou não ter podido participar do evento, devido a um problema de saúde. Conseguiu, entretanto, mobilizar mais de 400 alunos da Universidade Federal do Pará e da Universidade da Amazônia para irem à Mostra. A conselheira congratulou o valoroso trabalho de Monalisa Barros e de seus outros pares, além dos funcionários do CFP.

Marilene Proença disse que o ponto alto da Mostra foi a exposição dos 50 anos da profissão, que ficou belíssima. Agradeceu a comissão curadora, presidida por Odair Furtado. A conselheira participou da mesa sobre psicologização da vida. Esse espaço, como muitos outros, estava completamente lotado – disse.

Monalisa Barros narrou que, em várias ocasiões, muitas pessoas ficaram emocionadas. Foi uma grande oportunidade de se encontrar com os países lusófonos. Recordou da homenagem feita a Dona Digé, um grande exemplo de vida. A sala Vladimir Herzog foi, igualmente, muito tocante. Sugeriu que os 14 processos da Mostra se transformassem em livros, a produção de um DVD com os homenageados e a transformação da sala Vladimir Herzog em programetes. A conselheira sugeriu um almoço coletivo aos funcionários do CFP.

Humberto Verona informou, ainda, que um selo dos 50 anos foi lançado, que foi de grande sucesso. O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 22h. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do

Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____
2. Clara Goldman Ribemboim *Clara G. Ribemboim*
3. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do N. B.*
4. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
5. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
6. Heloiza H. Mendonça Almeida Massanaro *Heloiza Massanaro*
7. Marilene Proença R. de Souza *Marilene R. de Souza*
8. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique J. Leal*
9. Marilda Castelar *Marilda*
10. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo *Cynthia R. C. Araújo*
11. Roseli Goffman *Roseli Goffman*
12. Sandra Maria F. de Amorim *Sandra Maria F. de Amorim*
13. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
14. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
15. Celso Francisco Tondin *Celso Francisco Tondin*
16. Flávia Cristina S. Lemos *Flávia Cristina S. Lemos*

ATA DA 28ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 06 de outubro de 2012.

Duração: das 9h40 às 17h

1. Avaliação de cursos (termo de colaboração assinado entre CFP e MEC).
2. II Mostra Nacional de práticas em psicologia
3. Constituição das comissões eleitorais
4. Resolução 018/2002
5. APAF de dezembro de 2012
6. Planejamento estratégico
7. Comunicação.
8. Definição de data para debate online psicologia e religião
9. Eleições nos conselhos de direitos.
10. Projeto MEC - violência nas escolas

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona
2. Clara Goldman Ribemboim – Vice-Presidente
3. Deise Maria Nascimento – Secretária
4. Monalisa N. dos Santos Barros – Tesoureira
5. Aluizio Lopes de Brito

CONSELHEIROS (AS):

6. Heloiza Helena M. A. Massanaro
7. Marilene Proença R. de Souza
8. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
9. Marilda Castelar
10. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
11. Roseli Goffman
12. Sandra Maria F. de Amorim
13. Ana Paula Porto Noronha
14. Maria Ermínia ciliberti
15. Celso Francisco Tondin
16. Flávia Cristina S. Lemos

AUSENTES:

17. Tânia Suely A. Brasileiro
18. Ana Luiza de Souza Castro
19. Ângela Maria Caniato
20. Adriana Eiko Matsumoto
21. Márcia Mansur Saadallah

O presidente Humberto Verona cumprimentou os conselheiros e iniciou ao segundo dia de plenária.

AVALIAÇÃO DE CURSOS (TERMO DE COLABORAÇÃO ASSINADO ENTRE CFP E MEC). Humberto Verona concedeu a palavra a Aluísio Brito, para que introduzisse o assunto sobre os critérios de avaliações de cursos. Aluizio lembrou que a elaboração desses critérios – em parceria com o MEC – fora delegada pela APAF. Em um primeiro momento, analisou-se o procedimento de outros cinco Conselhos que têm critérios mais objetivamente construídos. Critérios seriam feitos, por meio de parceria entre o CFP e a ABEP e, após isso, tanto por pareceristas *ad hoc* quanto pelo pessoal da saúde.

Flávia Lemos apontou alguns dos óbices encontrados na realização do projeto. A tarefa parecia ser simples, mas não foi, disse. Inicialmente, aconteceu uma reunião em que, basicamente, a concepção curricular foi idealizada. Em seguida, foi necessário discutir e conhecer essas propostas de outros Conselhos. Ermínia Ciliberti mostrou preocupação em relação aos prazos para execução da tarefa, o que é legítimo, segundo Aluísio Brito, pois o processo encontra-se, de fato, bastante atrasado. O conselheiro contou que foi preciso esperar quase um ano para lograr uma reunião com o MEC e, por isso, o atraso não é de responsabilidade do CFP.

Marilene Proença esclareceu que a avaliação em questão já é dotada de um formato proposto pelo Ministério e que os Conselhos, de modo geral, seguem esse modelo. Antes de tudo, é preciso ter claro que o CFP não avaliará o Ministério. Em segundo lugar, observou-se que há preocupação, nos outros Conselhos, de estabelecer parâmetros gerais que facilitem o trabalho do avaliador. Em seguida, há a necessidade de obter informações básicas, como a quantidade de psicólogos no país, de cursos de psicologia e, ainda, de cursos que estão em fase de reconhecimento – a análise é feita por área, região e modalidade do curso.

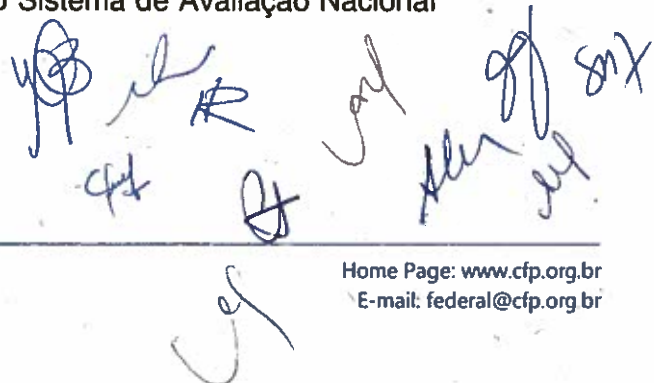
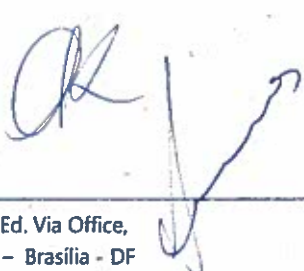
Somente após essas etapas é que se detalha a avaliação em aspectos didático-pedagógicos. Nestes, inserem-se itens considerados fundamentais para o processo avaliativo, como políticas públicas, direitos humanos, formação generalista do Psicólogo, ética profissional, estágio. É preciso compreender, entretanto, que toda avaliação cria demandas e, ao constituir critérios de

avaliação, criam-se requisições para os cursos de Psicologia. A questão das Licenciaturas foi, igualmente, abordada – as diretrizes de 2004 não a contemplavam.

A capacidade de indução que o CFP detém nesse processo avaliativo é um fato, mas essa competência se diferencia da dos avaliadores do INEP. Discutiu-se muito como formular uma Clínica Escola ligada à comunidade e à sociedade, seguindo os princípios da intersetorialidade, integralidade, saúde mental e coletiva. A ABEP, do mesmo modo, trouxe pontos preocupantes e o que a entidade considera dificultoso nos cursos. Alguns cursos têm feito seus Projetos Político-Pedagógicos baseados em novas diretrizes, como os direitos humanos, políticas públicas; outros, entretanto, mantém certas hegemonias e não dão a devida prioridade às novas orientações. Em relação à licenciatura, que torna o psicólogo um formador, questionou-se a partir de quais princípios ele formaria seus discentes.

Cada um dos itens recebe uma avaliação qualitativa e quantitativa. A partir da nota dessa avaliação, há um processo de redução desses itens e, então, esse conjunto de critérios tem quatro itens. O primeiro se refere à contextualização, o segundo, aos dados, o terceiro, aos aspectos didático-pedagógicos e o quarto, aos contextos das práticas formativas do Psicólogo e do professor de Psicologia. Quanto ao item três, elegeram-se oito outros subitens. O primeiro aspecto didático pedagógico seria a formação do profissional psicólogo e professor com perfil generalista, crítico, reflexivo e humanista, pautado em uma visão explícita de homem e de sociedade, que se baseia em princípios de ética, cidadania e direitos humanos.

No Projeto Pedagógico Curricular (PPC), é importante encontrar componentes curriculares teórico-práticos, que permitam a realização dessa formação, assim como no perfil do egresso. O item dois seria a distribuição equitativa da presença dos eixos estruturantes das diretrizes curriculares nacionais em Psicologia, na matriz curricular. A sustentação dessa avaliação são as diretrizes nacionais em Psicologia. Esse documento deve dialogar com as diretrizes curriculares. Ao mesmo tempo, no Sistema de Avaliação Nacional



do Desempenho do Estudante, que é o ENADE, ele é todo organizado em cima desses eixos estruturantes.

Foi considerada importante a presença equitativa desses eixos estruturantes na matriz curricular, já que se defende um perfil generalista. Deve constar, no PPC, componentes curriculares que representem cada um dos eixos em proporções equilibradas. O avaliador pode observar esses dados por meio do número de horas aula e de horas de estágio dentro dos cursos de Psicologia.

O item 3.3 é a utilização do conceito de integralidade na atenção psicossocial e na saúde, considerando princípios e diretrizes das políticas públicas. Tem-se sempre presente a preocupação de empregar o eixo de avaliação com os princípios defendidos no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Assim, devem se incluir no PPC subsídios teóricos e informações referentes às atividades do curso em contextos de saúde, assistência social, educação, trabalho, dentre outros, em diferentes âmbitos de atuação, levando em consideração os aspectos, bio, psicossociais, históricos e culturais.

O item 3.4 contempla a questão dos métodos de ensino aprendizagem em uma perspectiva crítica reflexiva interdisciplinar e multiprofissional. O avaliador deve averiguar se, no PPC, existe descrição de métodos, técnicas e estratégias compatíveis com esses objetivos. Há que se apresentar um quadro docente com números, diversidade e qualidade de formação para atender ao proposto e ao perfil do egresso. Então, uma formação generalista requer também um curso que seja pluralista e, que, portanto, deva ter um corpo docente também que mostre essa diversidade da Psicologia e essa diversidade da abordagem.

O item 3.5 destaca a produção de conhecimento voltado para as necessidades da população e para o desenvolvimento regional. A produção de conhecimento deve ser marcada pelas necessidades da população e para o desenvolvimento regional. Devem constar, no PPC, informações sobre as diversas bases teórico-metodológicas e atividades de pesquisa e extensão universitária. O tripé ensino, pesquisa e extensão foi considerado essencial.

O item 3.6 versa sobre a presença de componentes curriculares, teórico-práticos que preparam o estudante para sua inserção gradativa em diferentes âmbitos e contextos de atuação. Os componentes curriculares devem estar montados de modo a permitir a constituição dessa formação no interior da própria formação, trabalhando sempre em diferentes âmbitos e em diferentes contextos para garantir a questão também do generalista. O PPC deve, ainda, ter as informações sobre a presença e operacionalização desses componentes no plano de curso.

O item 3.7 prevê a avaliação de uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O PPC deve conter informações que especifiquem o modelo, ensino, pesquisa e extensão, observando as exigências de acordo com o tipo de organização acadêmica das IES, conforme a LDB, universidades, centros universitários, faculdades integradas e institutos, pois cada uma dessas modalidades tem um nível de exigência do MEC. Não se pode trazer, para o interior da avaliação, uma exigência que nem o próprio Ministério tem em relação a esses itens, mas de acordo com cada um dos perfis se pode fazer essa avaliação.

O item 3.8 aborda a formação de psicólogo com a formação de professor de Psicologia. Cada PPC deve ser dotado de componentes curriculares específicos e comuns, observando suas particularidades e complementaridades. Com relação aos aspectos didático-pedagógicos foram esses os itens elencados.

Quanto ao item 4, que é os contextos das práticas formativas do psicólogo e do professor de Psicologia, elegeram-se nove itens, e esses nove itens partem também, desde os aspectos mais amplos, dessa prática formativa, até aspectos mais específicos como o trabalho nos serviços escola. Então, tem-se no item 4.1 que cada curso obedeça as diretrizes curriculares nacionais para a formação de psicólogos e professores para a educação básica no que diz respeito à carga horária dos estágios, e discrimina, claramente, estágios de formação profissional de psicólogo e estágio de formação de professores em Psicologia. Devem ser complementadas 15% da carga horária do total do curso para os estágios de formação de psicólogos, 300 horas de formação de

professores, além de ser necessário identificar se o projeto pedagógico especifica a concepção e as atividades práticas em sessões próprias. Essas informações deverão orientar o trabalho do avaliador.

O item 4.2 observa as orientações, na carta de serviços, sobre estágios e serviços escolas do CFP/ABEP, que é o documento que está sendo produzido também por um outro grupo de trabalho. Neste momento, Deise Nascimento esclareceu que as cartas de serviços são um tipo de material informativo inseridas em um processo de trabalho desenvolvido dentro do Ministério do Planejamento, GesPública. São formas do serviço de um setor público se comunicar com os usuários desse serviço ou com alguns setores desse serviço. O CFP utilizou cartas de serviço para se comunicar a respeito do Cadastro Nacional, por exemplo. Dão-se informações básicas de determinado serviço, quais são os documentos necessários e a quem se está dirigindo. O objetivo é que o usuário seja bem informado acerca do serviço prestado em determinado setor.

Marilene Proença continuou. O item 4.3 analisa a coerência entre os subsídios éticos, teóricos, técnicos e legais e as proposta de estágio oferecido aos estudantes. Adentra-se, aqui, na relação entre o próprio currículo e os estágios oferecidos aos alunos, e, para o avaliador, devem ser considerados os planos de estágio, sua integração com o núcleo comum de formação, eixos estruturantes e ênfases e o perfil do egresso, observados o código de ética, resoluções do CFP e demais marcos legais que impactam sobre as práticas.

O item 4.4 contempla apresentação dos contextos de práticas que incluam atuação em políticas públicas, em ações multiprofissionais, em diferentes níveis de atenção e em diversos cenários, em graus de complexidade avaliada e representativo do exercício profissional. Procurou-se garantir essa articulação mais clara com a questão das políticas públicas.

No item 4.5 há a descrição do desenvolvimento dos estágios básicos e específicos, pois o estágio pode estar mais presente no contexto de formação como um todo. Isso deveria constar e, efetivamente, se constituir em práticas integrativas, que permitam o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no núcleo comum de formação e nas ênfases eleitas pelo curso

9

11

SMX

ML

XO

CFP

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

6
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page

contemplando a diversidade da Psicologia. A conselheira lembrou que as diretrizes têm o núcleo comum e ênfases. Os estágios são previstos em ambos os momentos. É importante observar, assim, se isso foi contemplado dentro da matriz curricular do curso, do plano de trabalho do curso, plano pedagógico.

No item 4.6 abordam-se as condições adequadas de supervisão das atividades de estágio de formação de psicólogos. A supervisão deve ser dada em condições adequadas, e isso deve estar presente dentro do projeto, do plano pedagógico do curso. Separaram-se a formação de psicólogos e a formação de professores, pois têm exigências distintas em relação aos estágios. No caso dos professores, há informações demonstrando que os estágios são supervisionados por profissional licenciado ou com experiência em docência.

O item 4.8 observa a descrição das práticas de extensão ou de estágios não obrigatórios, bem como sua integração com as demandas locais e com ensino e pesquisa. Há uma possibilidade das chamadas práticas extensionistas ou estágios não obrigatórios dentro dessa formação. O último ponto se refere à descrição das características e funcionamento do serviço escola. Isso deve constar no plano pedagógico do curso, falando da estrutura, do funcionamento do serviço escola, demonstrando se ele atende essas recomendações da carta de serviço, bem como as exigências da formação, que sejam congruentes com os objetivos do curso e com as demandas da comunidade.

Marilene Proença finalizou a apresentação do ponto, enfatizando que sempre, na execução dessa tarefa, se deu importância à articulação entre os conteúdos e o usuário. Haverá, ainda, um momento posterior em que se transformarão todos esses elementos em critérios mais quantitativos e qualitativos.

Maria Ermínia Ciliberti pediu que se definissem três aspectos em relação ao tema. Primeiramente, como o Plenário vê a função regulatória do Estado e se o CFP entende que apenas os critérios da ABEP e das pessoas vinculadas à Academia devem ser considerados. O segundo aspecto, se a Psicologia restringe-se a uma profissão da área da saúde. Por fim, onde e quando se construirão critérios epidemiológicos de abertura de cursos para dar

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a vertical list of initials and a large signature at the bottom right.

conta das políticas públicas, consoante às normas do Estado. A conselheira considerou que o Plenário nunca refletira sobre o que é, de fato, a democratização do Estado Brasileiro. Lembrou que, nesse processo, os Conselhos devem evitar que os próprios cursos se autorregulem. Humberto Verona disse que a construção de critérios exige, de fato, um olhar diversificado sobre todos os aspectos que envolvam a formação do psicólogo no Brasil.

Flávia Lemos recomendou que não se cindisse o Plenário entre militantes e acadêmicos, como se fossem opostos. Algumas pessoas que estavam na Comissão trabalham, sim, em universidade, mas tem um compromisso político sério. "Nós fomos representando o Conselho para a reunião, não a Universidade" – argumentou. A conselheira disse que muitos preferem que a Psicologia não seja considerada uma área da saúde, pois a maioria dos cursos de saúde das universidades brasileiras se posiciona na área de biológicas, com uma perspectiva muito forte da ciência moderna cartesiana. Quando o curso de Psicologia não é assim considerado, insere-se no chamado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que são os espaços mais politizados e críticos das universidades brasileiras. Há, é claro, militantes na área da saúde, mas a maioria dos cursos é extremamente positivista.

A conselheira mencionou o exemplo da UFPA, em que o curso de Psicologia se insere no âmbito do IFCH. Houve, entretanto, um embate com a Psicologia Experimental, que, segundo a conselheira, não quer se abrir à generalização e às políticas públicas. Muitos professores hoje estão interessados na regulação, mas querem, é claro, participar desse processo, pois, no período da ditadura, o único regulador era o Estado. Flávia Lemos concluiu e disse que é muito importante questionar, mas afirmou não ser uma professora cooptada pela academia.

Marilene Proença comentou que quando a tarefa da comissão foi inaugurada, era necessário responder a duas demandas distintas: uma do Conselho Nacional de Saúde e, outra, do Ministério da Educação. A diretriz do CFP deve ser pautada tanto do ponto de vista de um dado epidemiológico, que

coloque a categoria no interior do país e na relação com outras profissões, como, também, da questão dos documentos de referência, ou seja, é necessário mostrar ao avaliador o que se considera importante no interior desse conjunto de avaliação. Tem-se falado muito da diversidade teórica e de atuação da Psicologia e avançou-se em relação à Taxonomia, sobretudo durante a II Mostra. A conselheira concordou com Flávia Lemos, dizendo ser necessário superar, no plano do trabalho político do CFP, a relação, por vezes, contraditória entre o acadêmico, o militante e o sindical. O Conselho não ocupa lugar de Academia versus Conselhos, disse.

Monalisa Barros entendeu que havia dois equívocos sobre o debate. Primeiramente, afirmou que não existem duas demandas. O CNS teria reivindicado ao Ministério da Educação que os cursos de Odontologia, Medicina e Psicologia não fossem liberados sem que houvesse um parecer dos profissionais. Não há uma avaliação destinada ao Ministério da Saúde e outra, ao MEC: ambas vão ao MEC. O CNS disse ao MEC, entretanto, que só poderiam se abrir os referidos cursos depois da avaliação em debate. Em sete anos, essa avaliação se estendeu a outros cursos da área da saúde, mas não é obrigatória como no caso das três profissões mencionadas. Por serem obrigatórias por força de lei, as avaliações são feitas todos os meses, malgrado os critérios ainda não estejam totalmente elaborados.

Outra questão – continuou a conselheira – diz respeito à área a qual a Psicologia deveria pertencer. Nunca houve demanda para que o curso saísse da área de Humanas e migrasse para a da Saúde. A compreensão é que, como a Psicologia é elencada como profissão da saúde no Código Brasileiro de Ocupações, não importa se a área em que o profissional atua é organizacional, educacional, do trabalho ou da saúde. Não se trata de homogeneizar as especialidades da Psicologia. Do ponto de vista das diretrizes curriculares do plano pedagógico, o legislador é o MEC e suas instâncias, que avaliam se o curso é bom ou ruim. Ao CFP, cabe a avaliação do ponto de vista profissional.

Maria Ermínia Ciliberti advertiu que as posições e decisões do Conselho devem ser votadas e devidamente exaradas. A conselheira disse que, enquanto não se equacionasse as dúvidas em relação ao fato de a

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'D.', 'Af', 'JF', 'SMX', 'MC', 'JKO', 'Af', 'CFT', 'JL', 'dep', 'SMX', 'JF']

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including 'AF', 'JF', 'CFT', 'JL', 'dep', 'SMX', 'JF']

Psicologia ser uma profissão da Saúde, se passariam outros cinco anos sem progressos em relação aos problemas oriundos disso. Humberto Verona aquiesceu ser importante discutir o tema, possivelmente na Reunião Plenária de planejamento. Há uma demanda social para avaliação de cursos, tanto do Conselho Nacional de Saúde quanto pelo MEC e, por isso, é preciso criar consenso no Plenário em relação aos critérios de avaliação.

Maria Erminia Ciliberti passou, então, à leitura da Resolução CNS 350/2005: 1) Afirmar entendimento de que a homologação da abertura de cursos área da saúde pelo Ministério da Educação somente seja possível com a não objeção do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde, cumprindo-se as considerações acima, relativamente à Constituição Federal; 2) reiterar que a emissão de critérios técnicos educacionais e sanitários relativos à abertura e reconhecimento de novos cursos para a área da saúde deve levar em conta a regulação pelo Estado; a necessidade de democratizar a educação superior; a necessidade de formar profissionais com perfil, número e distribuição adequados ao Sistema Único de Saúde e a necessidade de estabelecer projetos políticos pedagógicos compatíveis com a proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais; 3) aprovar o parecer emitido pela Comissão Intersetorial de Recursos Humanos; 4) Aprovar os critérios de regulação da abertura e reconhecimento de novos cursos da área da saúde. Há os seguintes critérios:

a) Quanto às necessidades sociais: demonstração pelo novo curso da possibilidade de utilização da rede de serviços instalada (distribuição e concentração de serviços por capacidade resolutive) e de outros recursos e equipamentos sociais existentes na região; no caso de a rede de serviços existentes não ser suficiente ou não estar disponível, comprovação de dotação orçamentária para a instalação da rede ou ampliação da capacidade instalada na saúde (hospital de ensino, ambulatórios, laboratórios, consultórios odontológicos etc. e criação de outros campos e cenários de práticas); demonstração de que a oferta de vagas é coerente com a capacidade instalada para a prática, bem como com o número de docentes existentes e com a capacidade didático-pedagógica instalada (laboratório de práticas, acervo bibliográfico comprovado mediante nota fiscal ou termo de doação);

demonstração do compromisso social do novo curso com a promoção do desenvolvimento regional por meio do enfrentamento dos problemas de saúde da região; demonstração de compromisso do novo curso com a oferta de residências e especializações de acordo com as necessidades de saúde e do sistema de saúde; demonstração de compromisso do novo curso com a produção de conhecimentos voltados para as necessidades da população e para o desenvolvimento tecnológico da região; e demonstração de mecanismos que favoreçam a interiorização e a fixação de profissionais, incluindo compromisso com a educação permanente dos docentes e dos profissionais dos serviços de saúde em coerência com a construção do SUS. Esse era o bloco das necessidades sociais.

b) Quanto ao projeto político-pedagógico coerente com as necessidades sociais: inovação das propostas pedagógicas, orientadas pelas diretrizes curriculares, incluindo explicitação dos cenários de prática e dos compromissos com a integralidade, a multiprofissionalidade e a produção de conhecimento socialmente relevante; organização de currículos com ousadia de inovação na perspectiva da formação em equipe de saúde, com práticas de educação por métodos ativos e de educação permanente, entre outros; organização de currículos e práticas de aprendizagem orientados pela aceitação ativa das diversidades sociais e humanas de gênero, raça, etnia, classe social, geração, orientação sexual e necessidades especiais (deficiências, patologias, transtornos etc.); projeto construído em parceria e/ou com compromissos assumidos com os gestores locais do SUS (locorregional); compromissos com a promoção do conhecimento sobre a realidade local, seus saberes e práticas e com o desenvolvimento de responsabilidades entre instituição, estudantes, profissionais e realidade local; compromisso com o desenvolvimento social, urbano e rural, por meio da oferta de atividades de extensão (inclusão digital, educação popular; cursos preparatórios para o trabalho, cursos preparatórios para concursos, diminuição dos índices de analfabetismo, cursos de graduação); compromissos com o diálogo entre docentes, estudantes e sociedade;

- compromisso de contrapartida das instituições privadas que utilizam instituições públicas como campo de ensino em serviço; e

- responsabilidade social de atendimento às necessidades locais, inclusive nos aspectos relacionados ao acesso a serviços, como espaço científico, cultural, humano e profissional compartilhando seus problemas e projetos.

c) Quanto à relevância social do curso: verificação da contribuição do novo curso para a superação dos desequilíbrios na oferta de profissionais de saúde atualmente existentes, levando em conta: relação entre a distribuição das ofertas de formação e a distribuição da população; atual disponibilidade e distribuição de profissionais; coerência com as políticas públicas de saúde para a área profissional e para a região; superação da predominância da lógica de mercado na educação superior, estabelecendo-se a preferência para a abertura de cursos públicos; não ser curso isolado na área da saúde onde as oportunidades de trocas interprofissionais, tendo em vista a construção prática da interdisciplinaridade na formação e composição dos perfis profissionais, estejam ausentes; aplicação dos princípios gerais e dos critérios sem ser genérica, devendo implicar, sempre que possível ou necessário, o estudo caso-a-caso, a fim de contemplar a relevância social do curso diante das necessidades sociais e regionais ou da sua capacidade de apoiar locais e regiões do país de maneira responsável, contínua e capaz de ampliar capacidades assistenciais, tecnológicas e pedagógicas locais.

5) recomendar aos Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado da Saúde e da Educação e ao Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação que implementem esses critérios em cumprimento da Constituição Federal, no tocante ao papel ordenador do SUS na formação de recursos humanos em saúde; e 6) recomendar a mais ampla divulgação e disseminação dessa resolução

Humberto Verona solicitou que, a partir daquele momento da discussão, os critérios de análise tivessem enfoque, levando em consideração as necessidades sociais, não abordadas até então, assim como a relevância social. Lembrou que o CFP não pode se negar a aplicar, na avaliação dos cursos, critérios importantes do ponto de vista da saúde brasileira. Os critérios,

que servirão de referência, serão reescritos à luz da diversidade da Psicologia. A partir de agora, a tarefa não poderá ser mais prorrogada.

Aluízio Brito reforçou a ideia de que existe uma responsabilidade coletiva e, por isso, não se deve avaliar o trabalho já feito de modo demasiadamente severo. Em perspectiva histórica, lembrou que a tarefa de estabelecer critérios só chegou até a presente gestão no momento em que o presidente do CFP assinou o convênio com o MEC. Só então é que se descobriu que essa tarefa era solicitada desde 2005. Sugeriu que os critérios já elaborados pelo grupo de avaliação de curso e de formação se somassem a de consultores *ad hoc* indicados pela Plenária. Humberto Verona, entretanto, recomendou que não seria vantajoso trazer mais consultores para o processo após a presente discussão.

Flávia Lemos esclareceu que o objetivo do projeto não era detalhar critérios. Antes, seria nas ementas, na composição dos estágios, nos cursos de extensão em que esse processo se daria. Citou que faz um curso de extensão que não se circunscreve à universidade. É necessário – disse – viajar o Pará inteiro, com professores de diferentes áreas de formação, para trabalhar com pessoas ameaçadas de morte. Incluem-se a Estratégia Saúde Família, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, etc. São nesses tipos de inserções em que se podem avaliar os critérios. Flávia Lemos disse, ainda, que talvez tenha que se mudar do Pará, pois seu marido, um ambientalista, está sendo ameaçado de morte.

Humberto Verona declarou ser necessário estabelecer uma data para finalizar esse processo de detalhamento dos critérios. Em síntese, a tarefa é se *apoderar* daquilo que o grupo já elaborou, incorporar as contribuições da presente discussão, incluindo as referências da Resolução 350/2005, do Conselho Nacional de Saúde e, por fim, fechar uma proposta para que a Plenária a aprove, dentro de um prazo máximo de dois meses. O presidente propôs que a proposta estivesse pronta até a Plenária de janeiro de 2013. Ermínia Ciliberti sugeriu a leitura de Portarias e Resoluções relacionadas ao tema. Marilene Proença sugeriu que se fizesse uma síntese dos documentos. Duas pessoas seriam indicadas, *ad hoc*, para integrarem o grupo

(possivelmente Nelson e Cassio, ou Sebastião Benício e Marcos Garcia caso os dois primeiros não possam).

Sobre este ponto, sintetizaram-se os seguintes encaminhamentos:

- Tomar o trabalho já realizado pelo grupo como ponto de partida para a reflexão sobre o trabalho de abertura de cursos.
- Incorporar as críticas e trabalhar com critérios elencados na resolução do CNS 350/2005, incluindo questões epidemiológicas, necessidades sociais e relevância social para o projeto político pedagógico.
- Prazo: dois meses. O grupo deve concluir e apresentar o trabalho na plenária de janeiro.
- O grupo da saúde deverá fazer uma síntese de uns três pareceres do CNS, verificando o que é relevante para passar ao grupo de avaliação de cursos e um levantamento de tudo que já foi publicado desde 2005 até agora (portarias, decretos, resoluções e recomendações) para ser possível situar-se com mais facilidade no "tempo e no espaço." A Coordenação de Relações Institucionais fará a tarefa e Maria Ermínia revisará. Prazo: dezembro.
- O grupo de avaliação de cursos deve apresentar uma nova proposta, considerando a discussão desta plenária, na plenária de janeiro.
- Incorporar no grupo de avaliação de cursos dois representantes da saúde. Consultar Nelson Figueiras e Cássio Rogério Lemos Figueiredo. Caso Nelson ou Cássio não possam, convidar Sebastião Benício ou Marcos Garcia.
- Pautar discussão em plenária sobre os impasses acerca da psicologia ser ou não profissão da área da saúde.

II MOSTRA NACIONAL DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA. Monalisa Barros procedeu à distribuição de tarefas para elaboração dos relatórios de trabalhos desenvolvidos na II Mostra. Trata-se do roteiro sobre os trabalhos desenvolvidos na II Mostra. Esse roteiro constitui-se em quatro partes. Seria importante que cada um se comprometa a construir uma lauda do espaço que ficou responsável. A primeira parte tem comissões, GT ampliado, curadoria, comissão de programação, pareceristas, consultores, estrutura geral do evento, o modo como foi feita sua divulgação, construção do site, como o local foi selecionado, os patrocínios conseguidos, o processo de inscrição, a produção e programação do evento. A segunda parte se refere ao relatório operacional da realização do evento. Nela, constam o credenciamento, a sessão de abertura, o número de participantes, o número exato de mesas e conferências realizadas, a Praça Latino Americana, a praça de países de língua portuguesa, as atividades culturais do palco do CRPs, a exposição dos 50 anos, o túnel dos psicólogos, a instalação Vladimir Herzog, o espaço da Mulher, o prêmio Paulo Freire, as visitas monitoradas dos movimentos sociais, a feira da economia solidária, o lançamento de livros. A conselheira pediu que cada um produzisse uma lauda do espaço em que esteve fazendo esse material. É preciso entregar esse material compilado na APAF – disse.

A conselheira pediu a Marilene Proença que produzisse uma lauda sobre a exposição e a revista, a Henrique Rodrigues, sobre o espaço da Vivência, a Heloísa Massanaro, sobre o stand do federal, a Marilda Castelar, sobre o feminino, a Ana Paula Noronha, da BVS, a Sandra Amorim e a RobertaAzzi, sobre os países de língua portuguesa, a Adriana Eiko, sobre os países latino-americanos, a Aluizio Brito, sobre o palco dos CRs, a Ermínia Ciliberti e a Fatima Marques, sobre a Tenda Paulo Freire, a Celso Tondin, sobre o lançamento de livros e, por fim, a Ana Luiza Castro, sobre a instalação Vladimir Herzog.

Em suma, tem-se que:

- Cada conselheiro deverá fazer uma lauda do espaço ao qual foi responsável na II Mostra.
- O relatório deverá ser apresentado na APAF de dezembro de 2012.

Após o almoço, Humberto Verona reiniciou a sessão e passou a palavra a Monalisa Barros. A conselheira retificou a seguinte informação sobre o CRP-02. Ontem, foi informado que o CRP-02, além de não ter pago o empréstimo do ano anterior, solicitara um outro na quantia de 200 mil reais. O Regional, entretanto, não fez a solicitação de empréstimo para o CFP, tem aqui esse fluxo de caixa informando isso. Além disso, há uma correspondência solicitando o adiamento do pagamento para o ano que vem, da dívida anterior de 300.000. Existe a possibilidade de quitarem a dívida ainda neste ano, pois há autorização da Plenária deles para venda da casa e outras fontes. Assim, essas informações suspendem a necessidade de que alguém seja designado até o Recife para avaliar a situação do Regional, pois será melhor aguardar a reunião de diretoria deles.

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES ELEITORAIS. Humberto Verona informou que as eleições serão informatizadas e, possivelmente, terão a opção de serem por internet ou pessoalmente. É necessária a formação de duas Comissões Eleitorais: uma versará sobre a eleição federal, a outra, sobre a regional. A Comissão que cuidará da eleição federal é formada por convidados. Identificar-se-ão os psicólogos que não participarão do processo eleitoral diretamente a fim de que sejam convidados a assumirem a referida comissão. Já a Comissão Especial Regular, que cuida do processo nos conselhos regionais, deve ser constituída, por ordem regimental, por conselheiros federais. Todos os possíveis problemas oriundos dos vinte conselhos regionais poderão ser passíveis de recurso a essa comissão. Sugerir-se-ão cinco conselheiros federais: três efetivos e dois suplentes;

Aluizio Brito sugeriu os seguintes nomes: Henrique Rodrigues, Roseli Goffman, Tânia Brasileiro, Heloísa Massanaro, Marilda Castelar. Até o momento, os nomes confirmados seriam o de Deise Nascimento e Henrique Rodrigues. Roseli disse que não poderia integrar a comissão. Humberto Verona pediu a Aluizio Brito que, juntamente com a Assessoria Jurídica do

CFP, formasse uma lista de nomes para a comissão. Solicitou, ainda, que isso ficasse pronto até o fim de outubro.

Humberto Verona retomou a questão das eleições, em momento posterior da reunião, e disse que a Assessoria Jurídica não encontrou qualquer possibilidade de compor a comissão sem a participação do Conselho Federal de Psicologia. Alcançou-se, todavia, o entendimento de que é possível que os conselheiros manifestem suas preferências, já que se trata de um jogo democrático, sem uma exposição pública muito incisiva. Aluizio Brito recordou que, para integrar a comissão eleitoral, não se pode ser candidato ao CFP nem a um Conselho Regional. Ninguém se sentiria confortável ao averiguar que um membro da comissão eleitoral erija bandeiras de chapa, já que os membros deverão analisar recursos. Assim, de fato, os membros da comissão estão impedidos de se manifestarem publicamente, mas não de manifestarem suas opiniões a amigos, por exemplo. Os seguintes conselheiros serão consultados: Adriana Eiko, Ângela Caniato, Celso Tondin e Tânia Brasileiro.

Em resumo, decidiu-se o seguinte:

Comissão Eleitoral Regular: Efetivos: Deise Nascimento (presidente), Henrique Rodrigues, Tânia Brasileiro (Aluizio vai consultá-la).

Fazer uma leitura com o dr. Fernando a fim de encontrar uma solução para a constituição da comissão. Deverá ter uma decisão até o final de outubro.

Comissão Eleitoral Especial: Convidar Nancy Carvalho, Liliane Santos, Acácia Santos, Odair Furtado, Maria Auxiliadora Arantes.

RESOLUÇÃO 018/2002 Humberto Verona perguntou ao plenário se concordariam em realizar um debate online, no dia 19 de dezembro, sobre a Resolução 018 de 2012. Os conselheiros assentiram.

APAF DE DEZEMBRO DE 2012: É necessário conferir se seria interessante manter alguns pontos, como a revisão da política de orientação e fiscalização do sistema conselhos. A apreciação da nota técnica para atuação de psicólogos em emergências e desastres também é remanescente da APAF pretérita. Nessa mesma APAF, o GT sobre política de álcool e drogas foi

extinto e o CFP, com o apoio da CNDH, se responsabilizou pelas tarefas e encaminhamentos precedentes. Assim, um balanço deverá ser feito para prestar contas à APAF.

Outro ponto, que será sugerido à APAF, é sobre os 50 anos da psicologia brasileira. Haverá avaliação de todas as atividades, como homenagens, exposições itinerantes, a Mostra, o selo, o concurso César Ades. Outro ponto a ser inserido é sobre a informatização das eleições. A aprovação da APAF será necessária, pois essa informatização terá um grande custo de divulgação. Maria Ermínia Ciliberti disse que uma nova proposta de resolução, que incorporasse a residência multiprofissional estava em discussão. Humberto Verona disse que as especialidades criadas pela APAF não contemplam a multidisciplinariedade das residências que existem nos cursos do país.

Ainda sobre a questão da inclusão de pontos da próxima APAF, Ana Paula Noronha lembrou que, na última assembleia, o GT da Escala Hare ganhou outro nome e nova tarefa, que deverão ser apreciados. Trata-se do GT sobre Avaliação Psicológica dos Direitos Humanos que, segundo a APAF, deve trazer o resultado da Escala Hare, os critérios de composição da comissão consultiva e a aproximação das comissões de direitos humanos e avaliação psicológica. Haverá um encontro sobre o tema no dia quinze e Ana Paula Noronha e Aluizio Brito participarão. O tema será pautado como Antigo GT da Escala Hare.

Marilda Castelar citou que, até a APAF, duas tarefas deverão ser executadas. A primeira é realizar um seminário interno a fim de fazer uma análise aprofundada da pesquisa. A segunda, divulgar essa primeira tarefa durante a APAF e comunicar os Conselhos Regionais sobre a próxima etapa. Clara Goldman julgou que, talvez, seja possível que essa publicação esteja pronta antes da APAF, restando fazer apenas um informe durante a assembleia. Como isso já foi aprovado, o ideal seria mandar a publicação aos regionais antes da APAF, pois esse é um ponto da conta-divulgação.

Roseli Goffman afirmou que o Grupo relacionado ao Seminário Trânsito em Trânsito se reunirá nos dias 20 e 21 a fim de compor a análise dos

relatórios das cartas de intenções que foram produzidas em todos os seminários realizados no país. Recordou que as cartas de intenções do seminário de trânsito se tornarão um tipo de relatório do status da psicologia de trânsito no Brasil. Esse trabalho culminará com o debate online com a presença do governo, da academia (Fábio Cristo), do CFP e ocorrerá em novembro. O grupo considerou importante pautar o tema para a APAF a fim de prestar contas ou, talvez, em nível de informe. Clara Goldman, entretanto, considerou que seria mais proveitoso, antes de levar um encaminhamento diretamente para a APAF, que se tivesse o material completo. Assim, na opinião da conselheira, seria melhor pautar o tema para um outro momento.

Marilda Castelar solicitou que se incluíssem o ponto do custeio dos técnicos do CREPOP e o ponto da Resolução unificada de diária e ajuda de custo. Humberto Verona aconselhou que se indicasse na APAF de dezembro os pontos que devem ser concluídos durante a gestão atual. Assim, mesmo que isso implique distensões, não haveria problemas. O que se deve evitar – requereu o presidente – é a abertura de novas frentes, que demandarão novas formulações. Assim, seria salutar se houvesse priorização dos pontos considerados mais importantes.

- Resumidamente, alcançaram-se os seguintes encaminhamentos:
- Encaminhará linha do tempo da APAF aos conselheiros, enfatizando as datas limite para envio de material.
- Mandar ofício aos CRPs perguntando se os pontos solicitados serão mantidos. Se algum CRP proponente quiser retirar o ponto, informar que deverá formalizar essa decisão na abertura dos trabalhos da APAF.
- Incluir dois GTs nos pontos financeiros: Custeio dos técnicos do CREPOP e Gestão unificada dos custos.
- Avaliar se pauta pra APAF a nova resolução de residência em Psicologia. Seria necessário alterar a resolução que regulamenta as especializações em psicologia.
- Incluir na pauta a apresentação do trabalho do GT Avaliação Psicológica e Direitos Humanos (Antigo GT Escala Hare).

- Se ficar pronta a tempo, enviar aos CRPs a publicação da pesquisa sobre a mulher psicóloga, antes da APAF, para prestar contas.
- Pautar pra APAF informe da pesquisa da mulher psicóloga brasileira.
- Pautar pra APAF o resultado do Seminário Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil.
- Verificar deliberações do VII CNP para saber se há algo a ser levado pra APAF.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. Passou-se, então, à aprovação do calendário de 2013. Humberto Verona assinalou que a proposta, para o mês de janeiro, é de que a Plenária seja de três dias, de quinta à sábado, pois haverá planejamento estratégico e construção do plano de ação para 2013. A reunião de diretoria seria na quarta-feira. A proposta para o mês de janeiro foi aprovada. Em março, a reunião plenária acontecerá nos dias 22 e 23, uma semana antes da semana santa. A proposta para o mês de março foi aprovada. Em abril, haverá plenária nos dias 26 e 27 e, em maio, haverá o CONPSI, de 8 a 11, a APAF, de 17 a 19, a Plenária, de 24 a 25 e, por fim, o VIII CNP, no dia 30. O VIII CNP ocorrerá nos dias 1 e 2 de junho e, nesse mês, a plenária será nos dias 28 e 29. Em julho, a plenária acontecerá nos dias 26 e 27, em agosto, nos dias 16 e 17, que será a última plenária antes das eleições. Em setembro, a plenária será nos dias 20 e 21 e, nela, teremos o resultado das eleições. Em outubro, optou-se pelos dias 25 e 26 e, em novembro, pelos dias 29 e 30; a plenária de dezembro será no dia 1.

Obtiveram-se, assim, os seguintes encaminhamentos:

- Fazer análise do planejamento estratégico na primeira plenária de 2013.
- Será disponibilizado a todos os conselheiros o plano atualizado com o status do que foi realizado e do que está em andamento. (Enviar via e-mail, a matriz do planejamento em arquivo aberto)
- Todos os conselheiros deverão fazer uma análise prévia desse plano, a fim de facilitar a avaliação a ser realizada na plenária de 2013.

- (A avaliação será do plano político) Os conselheiros deverão encaminhar a secretaria o status das ações que cada um tem realizado para uma avaliação coletiva.
- Mandar aos conselheiros o consolidado do último CNP.
- Em janeiro, organizar por grupos e depois levar a discussão para o coletivo.

COMUNICAÇÃO. Roseli Goffman disse que o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) está em campanha "para expressar a liberdade" de expressão. Algumas entidades contribuem entre três a cinco mil reais. A conselheira pediu, pois, um financiamento pontual para essa campanha. Seria um modo de fortalecer o projeto da liberdade de expressão no país. Atualmente, o governo de Dilma Rousseff não parece querer debater o tema da comunicação. No campo cultural, há uma legislação que fortalece a produção de conteúdo nacional e postula uma cota para a produção brasileira regional. O CFP teve um assento histórico no Conselho de Comunicação Social, mas foi excluído no chamado direto que José Sarney fez. No momento de divulgação dos nomes, o CFP não fora consultado. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entretanto, o integra. O FNDC – lembrou a conselheira – é referência de liderança dos movimentos sociais que disputam a comunicação; o movimento, entretanto, perdeu força, pois o governo não quer dialogar.

Roseli Goffman esteve na USP para discutir um programa chamado Sensor em Debate, um núcleo de estudos da USP, que estuda censura e liberdade de expressão. A conselheira disse que, hoje, o CFP é referência na formulação e no debate da comunicação no país. É importante avaliar o quanto isso é importante e estratégico para o conselho e de que modo se pode contribuir. Quais devem ser os conteúdos veiculados na TV aberta e por assinatura no Brasil? – questionou a conselheira. São muitas as discussões que envolvem esse processo, como a revitalização da campanha ética na TV. É uma cadeia produtiva dispendiosa e 10% da cadeia produtiva no Brasil pode ser vitalizada. Deve-se decidir se séries como Rambo e desenhos animados estrangeiros serão comprados para crianças ou se nós usaremos a nossa

capacidade criativa – disse. Três horas de produção nacional deverão ser incorporadas na programação e implementadas até o ano de 2015.

Continuou: “É essa disputa que a comunicação faz e é importante que essa Plenária tenha consciência de que a formação e a produção de subjetividade incansável das oligarquias e das hegemonias que dominam a comunicação, não só no Brasil, mas no mundo, são as forças conservadoras que ocupam esses espaços para não fazer desse país o avanço democrático, a participação social. Então, política é crime, política é sempre associada ao crime, política é sempre associada à violência, à violência de Estado e a política nunca coloca a participação social como prioridade no país. Pelo contrário, política é sempre fazer alguma coisa sórdida, oculta, roubar ou desviar dinheiro”. Concluiu, solicitando dois encaminhamentos. O primeiro é a retomada das questões relacionadas à comunicação a partir de 2013. O segundo é considerar uma forma de contribuir com o FNDC; possivelmente, uma contribuição pontual.

Humberto Verona crê que o coletivo de comunicação pode ser retomado. É importante que haja coletivos organizados para discutir temas, mas que, em última instância, é o plenário que deve decidir. Os coletivos – complementou – devem promover debates e encontros, mas não fazer a discussão política, pois isso cabe ao Plenários. Heloiza Massanaro lembrou que o valor que cabe ao Sistema Conselhos é ínfimo e permanece com o mesmo montante há muito tempo. Acrescentou, também, que em outros temas, como Álcool e outras drogas, a questão da comunicação deve ser trabalhada. Mencionou o exemplo do EducaVisa, que oferece formação aos professores da rede pública.

Ermínia Ciliberti lembrou que a eleição do FNDC não foi tranquila. Disse que há grupos que tergiversam e, em algumas situações, negam apoio, além de não contribuírem financeiramente. Pediu para que se pensasse na ULAPSI. Marilda Castelar julgou uma perda a desarticulação dos regionais em relação a esse tema. É preciso colocar a pauta da comunicação a favor da psicologia, principalmente porque o próximo ano haverá eleições online. A conselheira mostrou-se, portanto, favorável à rearticulação dos conselhos para

contribuírem com o FNDC. Nesse mesmo sentido, Flávia Lemos acha necessário voltar a financiar o fórum, mas que não deve esperar dele que sempre vote de acordo com as visões do CFP.

Roseli Goffman disse que o CFP pode produzir em várias áreas e, inclusive, veicular essa produção à TV Brasil. Disse ser vergonhoso o fato de que a rádio comunitária atinja apenas um quilômetro. Mais de 70% da publicidade da Secretaria de Comunicação do governo brasileiro é destinado às redes hegemônicas. A ditadura – acrescentou – deixou a esfera estatal e passou ao campo privado, que querem manter seus feudos no país.

Humberto Verona pediu que a rearticulação desse coletivo se desse a partir de dois eixos: o da transversalidade da comunicação nas diversas políticas que o Sistema Conselhos faz e o da mídia e América Latina. São dois temas que reativariam o coletivo para fazer essa discussão e trariam subsídios para os plenários. Em relação ao investimento na campanha, o presidente disse que se investe em áreas de interesse da psicologia e, por ser uma área assim, não haveria problemas nesse investimento. Antes, contudo, é preciso saber mais sobre essa campanha. Clara Goldman crê que os processos de comunicação devem se inovar. Para ela, o debate sobre temas importantes deve ser promovido.

Por fim, há, para este ponto, os seguintes encaminhamentos:

- Reativar o coletivo de comunicação e qualificá-lo em 2013, com a ressalva de deixar claro o papel de assessoramento das plenárias, com dois temas: a transversalidade da comunicação nas políticas do Sistema Conselhos e a discussão da mídia e da comunicação na América Latina. Discutir a mídia na interface dos direitos humanos.
- Apoiar a campanha do FNDC “Para expressar a Liberdade”.

DEFINIÇÃO DE DATA PARA DEBATE ONLINE PSICOLOGIA E RELIGIÃO.

Sobre a questão da Psicologia e Religião, é preciso definir uma data para um debate online. Há uma proposta de reproduzir um debate excelente que aconteceu durante a Mostra sobre o tema. Infelizmente, não há registros de filmagem. As datas sugeridas são os dias 19 e 20 de novembro. Definiu-se que

o conselheiro Aluizio verificará uma data em novembro para a realização do seminário. Reproduzir-se-á, ainda, a mesma mesa que foi realizada na II Mostra, para que todos se apropriem e discutam se é pertinente ou não sua reprodução.

ELEIÇÕES NOS CONSELHOS DE DIREITOS. Maria Ermínia Ciliberti anunciou que haverá eleições no CNS no dia 27 de novembro e que está inscrita como delegada de voto. É necessário dizer que o CFP pleiteia a titularidade. Sugeriu que a ABEP se cadastrasse como eleitora. Há algumas tensões no Fórum dos Trabalhadores e, há três anos, a Medicina deixou o CNS, ou seja, é um problema grave um Conselho de Saúde sem médicos. Essa categoria de profissionais queria garantir regimentalmente seu direito à vaga, mas esse pleito não foi aceito.

Monalisa Barros perguntou se a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar e a Associação Brasileira da Saúde poderiam se credenciar. Ermínia Ciliberti disse que seria bom enviar um ofício à comissão eleitoral para perguntar-lhes sobre isso.

Cynthia Ciarallo disse que o edital do CONASP já foi lançado e que o período de inscrições se estenderá até o dia 30 de novembro. O CFP concorreria a seis vagas. Para a conselheira, o CONASP é um conselho incipiente e de pouca repercussão. Conseguiu-se uma audiência pública para discutir o Plano Crack. Seria uma questão estratégica o CFP permanecer nesse conselho. Nele, os debates se dão em uma esfera burocrática e, por isso, perde-se tempo para discutir regulação, quem tem mais poder de fala, se o regimento está sendo atendido ou não. Humberto Verona disse que só quando a entidade é eleita, deve indicar um nome.

Sandra Amorim acredita ser importante que o CFP mantenha seu lugar junto ao CONANDA, cujas inscrições para o processo eletivo finalizarão dia 26 de outubro. O CFP goza de grande credibilidade com alguns parceiros. A conselheira disse que não terá possibilidade de representar o CFP no próximo ano e, caso se optar por manter presença no conselho, é necessário ver quem estaria interessado. É preciso, entretanto, indicar um nome para dezembro.

Atualmente, o CONANDA está tomado por movimentos religiosos e é dificultoso discutir uma série de temas ligados à infância e à adolescência. Mencionou o dinheiro investido pela Rainha Silvia é interessante a várias organizações e, por isso, várias questões não são discutidas.

Humberto Verona disse que a eleição do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso será em outubro e que se apoiará o CFESS Ninguém representa o CFP nesse movimento.

Resumidamente, decidiu-se:

- Fazer consulta para saber se Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH), Associação Brasileira de Psicologia da Saúde (ABPSA) e Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) podem se cadastrar como eleitoras.
- Que Diretoria deve conferir se Fenapsi sairia da titularidade para CFP entrar no seu lugar.
- Manter a representação no CONASP, o CFP irá disputar a eleição.
- Que o CFP irá disputar uma vaga efetiva. Se eleito, pensar em um nome, fazer consulta com pessoas externas para a representação no Conanda.
- Definir representação do CFP no Fórum DCA.
- Pedir a Iolete Ribeiro presidenta do CRP 20 uma avaliação acerca da situação do Fórum DCA.
- Fazer reunião telefônica com a Iolete Ribeiro, Sandra Amorim, Flávia Lemos, alguém da diretoria para decidir a representação no Fórum DCA. Apresentar a indicação na plenária de dezembro.
- Apoiar a candidatura do CFESS ao CNDI

PROJETO MEC - VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS. Deise Nascimento informou sobre o andamento dos trabalhos sobre o projeto em parceria com o MEC sobre violência nas escolas. A proposta começa na primeira reunião com o Ministro da Educação. O ministro solicita a encomendou o projeto de discussão sobre violência nas escolas, que tenha respaldo de uma área de conhecimento que forneça subsídios ao MEC. Esse ministério poderá construir políticas

públicas de enfrentamento de combate à violência. A partir dessa demanda, um grupo se reuniu para efetivar o trabalho. Esse é um projeto do FENPB. O ministro indicou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Nessa secretaria estão questões raciais, de educação especial, diversidade sexual e várias outras diretorias trabalharão em parceria com o grupo. O projeto agregará duas etapas. A primeira é documental, em que se faz uma análise de pesquisas e projetos já produzidos no Ministério e, também, a produção científica da Psicologia. A segunda é qualitativa, que será de oficinas com jovens, crianças, professores, pais, trabalhadores das escolas, todos os atores que de alguma forma estão envolvidos no processo educativo.

O projeto é em parceria do MEC com o CFP. Fizeram um ato cerimonial na abertura da II Mostra para assinatura do protocolo de intenções. O desenvolvimento da pesquisa vai ser realizado pelas universidades federais. Deise Nascimento considera bastante impactante a contribuição da profissão para uma área tão grande como a educação. É importante deixar um pouco o lugar da crítica, que tem sua validade, para apresentar elementos para a construção de uma política pública que lide com essa realidade. Decidiu-se que a conselheira encaminhará informações sobre o projeto para que os membros da Plenária acompanhem.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

1. Humberto Cota Verona _____
2. Clara Goldman Ribemboim _____
3. Deise Maria Nascimento *Deise Maria do Nascimento* _____
4. Monalisa N. dos Santos Barros *Monalisa N. dos Santos Barros* _____
5. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio Lopes de Brito* _____
6. Heloiza Helena M. A. Massanaro *Heloiza Helena M. A. Massanaro* _____
7. Marilene Proença R. de Souza *Marilene Proença R. de Souza* _____
8. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues *Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues* _____
9. Marilda Castelar *Marilda Castelar* _____

10. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
11. Roseli Goffman Roseli Goffman
12. Sandra Maria F. de Amorim Sandra Maria F. de Amorim
13. Ana Paula Porto Noronha Ana Paula Porto Noronha
14. Maria Ermínia Ciliberti Maria Ermínia Ciliberti
15. Celso Francisco Tondin Celso Francisco Tondin
16. Flávia Cristina S. Lemos Flávia Cristina S. Lemos